



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA**  
**Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais**  
**Curso de Relações Internacionais**

**FERNANDA GENTIL PEIXOTO**

**A POSIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS FRENTE ÀS ALTERNATIVAS  
EMERGENTES DE LIDERANÇA NA AMÉRICA LATINA – UMA ANÁLISE DOS  
CASOS DO BRASIL DE LULA E DA VENEZUELA DE HUGO CHÁVEZ**

**Brasília**  
**2010**

**FERNANDA GENTIL PEIXOTO**

**A POSIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS FRENTE ÀS ALTERNATIVAS  
EMERGENTES DE LIDERANÇA NA AMÉRICA LATINA – UMA ANÁLISE DOS  
CASOS DO BRASIL DE LULA E DA VENEZUELA DE HUGO CHÁVEZ**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Brasília  
2010

**FERNANDA GENTIL PEIXOTO**

**A POSIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS FRENTE ÀS ALTERNATIVAS  
EMERGENTES DE LIDERANÇA NA AMÉRICA LATINA – UMA ANÁLISE DOS  
CASOS DO BRASIL DE LULA E DA VENEZUELA DE HUGO CHÁVEZ**

Monografia apresentada como requisito  
parcial para a conclusão do curso de  
bacharelado em Relações Internacionais do  
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

Brasília, 04 de 03 de 2011

Banca Examinadora:

---

Prof.: Frederico Seixas Dias (Orientador)

---

Prof.: Delmo de Oliveira Arguelhes (Membro)

---

Prof.: Cláudio Tadeu C. Fernandes (Membro)

Dedico este Trabalho ao meu eterno amigo  
Kaká. “Qualquer dia amigo a gente vai se  
econtrar” *Canção das Américas – Milton  
Nascimento*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus. Fé realmente não é algo que se explica, é algo que se sente. A fé em Deus tem me salvado e salvado toda a minha família nos últimos anos, anos de muita dor, mas, sobretudo, de muito crescimento e união.

Agradeço à toda minha família, pelo apoio incondicional. Agradeço à minha mãe, Cristine Gentil, por todo amor e dedicação durante esses 22 anos. Mãe, você é tudo que um dia eu sonho em ser como mulher, filha, mãe e profissional. Te amo.

Agradeço ao meu pai, Cláudio Peixoto, que nessa reta final me deu o ânimo e o apoio necessários para que eu conquistasse meus objetivos.

Agradeço ao meu padastro e pai, Luís Tajés, que me conforta em todos os momentos com suas palavras amigas.

Agradeço especialmente aos meus avós: José Carlos Peixoto, Marlene Ramos Peixoto, Antônio Gentil Neto e Sara Maria Chaves Gentil. Vocês são as pessoas mais importantes da minha vida. Quem é avô e avó é pai e mãe duas vezes não é? Amo vocês incondicionalmente.

Agradeço também aos meus irmãos e a todos os meus tios, tias, primos e primas. Vocês representam toda a alegria da minha vida.

Agradeço aos velhos e novos amigos que, de longe ou de perto, tenho certeza que torcem pelo meu sucesso e felicidade.

Por fim, não poderia deixar de agradecer ao meu orientador, Frederico Dias, pelo apoio, compreensão e inspiração intelectual.

## RESUMO

Desde a Doutrina Monroe, a América Latina tem se configurado como zona de influência importante para os interesses dos Estados Unidos. Esse país atuou durante anos e, continua atuando, como ator hegemônico, tanto na esfera global quanto regional. Contudo, frente às novas configurações de poder estabelecidas em tempos de globalização e interdependência econômica, Brasil e Venezuela surgem como alternativas à liderança norte-americana na América Latina. Frente esse cenário, o presente trabalho abordará a temática da liderança regional na América Latina e o posicionamento dos Estados Unidos em relação a essas duas alternativas. Verificou-se assim, que a liderança brasileira já é vista como legítima por parte dos Estados Unidos e positiva ao interesse dos mesmos. Por outro lado, a alternativa bolivariana de Chávez representa um entrave aos interesses comerciais e de segurança dos Estados Unidos na região.

**Palavras-chave:** Liderança. Hegemonia. Regionalismo. Estados Unidos. Brasil. Venezuela. Política externa. América Latina.

## **ABSTRACT**

Since the times of the Monroe Doctrine, the region of Latin America has been configured as an important zone of influence for the the United States' interests. The USA played for many years as principal hegemonic actor, both in global and regional sphere. However, forward to the new power settings established in times of economic globalization and economic interdependence, Brazil and Venezuela have arise as alternatives to North American leadership in the Latin America region, study object of this paper. Among the emergence of these two alternatives, the Brazilian leadership has already been legitimated by the United States and seems like positive to interest them. On the other hand, the Bolivarian alternative represented by Chávez appears like an obstacle against trade and security of the United States' interests in Latin America.

**Keywords:** Leadership. Hegemony. Regionalism. Brazil. United States. Venezuela. Foreign policy. Latin America.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
1 UMA DISCUSSÃO TEÓRICA: A APLICAÇÃO DOS CONCEITOS DE LIDERANÇA E HEGEMONIA SEGUNDO O REALISMO, LIBERALISMO E O CONSTRUTIVISMO .....	12
1.1 Introdução – A Importância da Teoria para a Análise das Relações Internacionais .	12
1.2 O Realismo Clássico e o Neorealismo: as questões de Liderança e Hegemonia .....	13
1.3 O Liberalismo e o Institucionalismo Liberal .....	18
1.4 O Construtivismo .....	20
1.5 Conclusão.....	22
2 A PRESENÇA DOS ESTADOS UNIDOS NA AMÉRICA LATINA E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA – DA DOCTRINA MONROE A DEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA .....	25
2.1 A Doutrina Monroe, o Destino Manifesto e a Proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil .....	25
2.2 A Política do “Big Stick” e o Posicionamento do Brasil na Primeira Guerra Mundial ...	28
2.3 A Política de “Boa Vizinhança” .....	29
2.4 A Política Externa Brasileira no Período da Guerra-Fria: da Era Vargas à Diplomacia do Desenvolvimento do Brasil .....	31
2.5 A Ameaça Comunista e os Métodos de Enquadramento da América Latina .....	33
2.6 Os Movimentos Nacionalistas na América Latina.....	34
2.7 Cuba: c Comunismo Bate à Porta da América Latina; os Estados Unidos e os Golpes Militares .....	35
2.8 O Governo Carter e os Direitos Humanos .....	39
2.9 A Democratização do Brasil - Um Período de Ajustamento com os Novos Temas da Agenda Internacional .....	40
2.10 Novos Temas na Agenda dos Estados Unidos para a América Latina .....	41
2.11 Conclusão.....	42
3 A POSIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS FRENTE ÀS NOVAS ALTERNATIVAS DE LIDERANÇA NA REGIÃO: O CASO DA VENEZUELA DE CHÁVEZ.....	44
3.1 O Isolacionismo da Venezuela e as Pretensões Bolivarianas – Um Breve Histórico...44	



3.2 A Crise, as Políticas Neoliberais do Consenso de Washignton e a Ascensão de Hugo Chávez ao Poder .....	46
3.3 O Regionalismo Venezuelano e as Conturbadas Relações com os Estados Unidos .	50
3.4 Conclusão.....	51
4 A POSIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS FRENTE ÀS NOVAS ALTERNATIVAS DE LIDERANÇA NA REGIÃO: O CASO DO BRASIL DE LULA .....	53
4.1 Um Breve Histórico da Política Externa Brasileira dos Anos 90 – O Governo FHC	53
4.2 A Política Externa do Governo Lula – O Modelo de Regionalismo .....	54
4.3 A Emergência do Brasil como Liderança Regional.....	56
4.4 As Recentes Relações EUA-Brasil – A Posição Norte Americana Frente à Emergência Regional Brasileira .....	60
4.5 Conclusão.....	62
5 CONCLUSÃO.....	64
REFERÊNCIAS .....	67

## INTRODUÇÃO

Desde os tempos dos preceitos morais do Destino Manifesto, os Estados Unidos têm pautado sua política externa de acordo com os mesmos. Apesar de todas as críticas, “A missão divina” pode ter sofrido diversas releituras durante o tempo, mas se manteve fortemente presente na identidade cultural dos norte-americanos.

Dessa forma, não seria errado concluir que os Estados Unidos têm, desde a sua criação, uma vocação quase que divina para a liderança, seja ela global ou regional.

A respeito da liderança regional, os Estados Unidos encontraram na Doutrina Monroe as bases ideológicas necessárias para exercer sua hegemonia na América Latina e resguardar a região dos interesses europeus. Durante muitos anos, mantiveram a região como sua principal zona de influência.

Contudo, década após década, o cenário internacional sofre sucessivas mudanças. Novas teorias de Relações Internacionais surgem para tentar explicar a complexidade dos fenômenos, novos atores ganham papel importante no processo decisório, novas agendas emergem e novas configurações de poder são estabelecidas. E, na América Latina, não é diferente.

Desde meados dos anos 90, países da região têm buscado estabelecer uma maior autonomia em relação à hegemonia norte-americana. Nos últimos anos, dois países em especial surgiram como alternativas de liderança para a região, a Venezuela e o Brasil, cada qual à sua maneira.

Recentemente, a estabilidade latino-americana se viu abalada por notícias de que a Venezuela, em resposta ao acordo militar Estados Unidos – Colômbia, comprou arsenais militares da Rússia, aumentando as tensões na região.

Isto exposto cabe então apresentar o presente trabalho. Este abordará a temática da liderança regional na América Latina – a relação entre Brasil e Estados Unidos e a posição norte-americana frente à emergência de duas formas de liderança na região, os casos da Venezuela de Hugo Chávez e do Brasil de Lula.

A pesquisa contará com o estudo sobre os conceitos de liderança e hegemonia como embasamento teórico principal para a breve análise histórica sobre a presença dos Estados Unidos na América Latina e para o entendimento dos recentes desdobramentos das relações de poder entre Estados Unidos, Brasil e Venezuela.

O foco da temática consiste, principalmente, em analisar o posicionamento dos Estados Unidos frente a dois países que apresentam propostas distintas de liderança regional.

De um lado, apresenta-se o Brasil, cuja liderança se dá principalmente por meio da coordenação dos projetos de integração regional. Do outro, destaca-se a Venezuela de Chávez, declaradamente contrária à “dominação” dos Estados Unidos e firme na intenção de propor uma alternativa bolivariana à região - já conquistou, inclusive, alguns adeptos, como a Bolívia e o Equador.

Nesse sentido, é de vital importância entender como se constituiu a liderança e a hegemonia norte-americana na América Latina; qual é a política externa adotada pelo Brasil em relação aos Estados Unidos e qual o posicionamento norte-americano mediante dois cenários relativamente opostos de emergência na região, como os constituídos por Brasil e Venezuela.

Depreende-se, então, a problemática da presente pesquisa, a qual seria estudar exatamente qual é o posicionamento norte-americano frente às diferentes alternativas de liderança na região propostas por Brasil e Venezuela e, até que ponto, cada qual representa uma ameaça ou uma convergência aos interesses dos Estados Unidos na região.

Assim, essa pesquisa contará com a seguinte estrutura de capítulos: o capítulo um fará uma abordagem teórica sobre os conceitos de liderança e hegemonia analisados a partir de três diferentes ópticas: a do realismo, a do liberalismo e a do construtivismo.

O capítulo dois versará a respeito do histórico da presença dos Estados Unidos na América Latina e a política externa brasileira, tendo o espaço de tempo delimitado entre a Doutrina Monroe e a democratização brasileira.

O terceiro capítulo estudará o modelo de liderança proposto pelo presidente venezuelano Hugo Chávez e a posição dos Estados Unidos a respeito do assunto, passando por um breve histórico da questão até os rumos atuais dessa relação.

Por fim, o quarto capítulo compreenderá estudo semelhante a respeito da alternativa de liderança regional proposta pelo Brasil de Lula. Mais uma vez, saindo de um breve histórico até os desdobramentos recentes da relação entre esses países.

# **1 UMA DISCUSSÃO TEÓRICA: A APLICAÇÃO DOS CONCEITOS DE LIDERANÇA E HEGEMONIA SEGUNDO O REALISMO, LIBERALISMO E O CONSTRUTIVISMO**

## **1.1 Introdução – A Importância da Teoria para a Análise das Relações Internacionais**

A teoria é uma ferramenta necessária para que os condutores de política externa, bem como os estudiosos de Relações Internacionais, possam captar, analisar e dar sentido as diversas informações que, na era da globalização, chegam cada vez mais rápido e interferem direta ou indiretamente no dia-a-dia de analistas, políticos, militares e acadêmicos, bem como na rotina de indivíduos e organizações. (SATO, 2007).

Conhecer e entender algumas dessas teorias é de fundamental importância no processo de tomada de decisão. É difícil fazer uma boa política ignorando as teorias, bem como é difícil produzir uma teoria eficaz sem estar atento aos fatos do mundo real. Por outro lado, cabe ressaltar que é praticamente impossível entender toda a complexidade da política mundial baseado apenas em uma única teoria. Uma teoria nunca pode ser considerada completa, acabada, pois ela surge a partir de argumentos internos de seus autores para entender determinado aspecto da realidade podendo assim ser confrontada por diferentes autores, com diferentes argumentos internos para aquele mesmo aspecto da realidade.

Dessa forma, o embate entre as mais diversas correntes teóricas é benéfico para um melhor entendimento da realidade internacional, pois novas teorias sugerem novas formas de compreensão do mundo real, apontando falhas das anteriores ou apenas complementando-as. Segundo Walt (1998, p. 30):

No single approach can capture all the complexity of contemporary world politics. Therefore, we are better off with a diverse array of competing ideas rather than a single theoretical orthodoxy. (...) Although we should take care to emphasize inventiveness over invective, we should welcome and encourage the heterogeneity of contemporary scholarship.

Para Walt, no campo das Relações Internacionais, três correntes teóricas dominam os principais debates na área. São elas as Escolas do Realismo, do Liberalismo e do

Construtivismo. O objetivo desse capítulo inicial é, portanto, apresentar uma breve e sucinta caracterização de cada uma dessas três escolas de pensamento observando como os conceitos de hegemonia e liderança aparecem em cada uma delas. Esse estudo servirá como base teórica para entender a atual questão da liderança regional na América Latina e existência ou não, de uma hegemonia dos Estados Unidos na região. Para tal, esse capítulo inicial será organizado nos seguintes tópicos: O Realismo Clássico e o NeoRealismo; o Liberalismo; o Construtivismo.

## **1.2 O Realismo Clássico e o Neorealismo: as questões de Liderança e Hegemonia**

A Escola Realista, que tem como grandes expoentes, no século XX, Edward Carr e Hans Morgenthau, dominou os debates no período da Guerra Fria por apresentar as explicações mais simples e conclusivas para os acontecimentos do período como guerras, imperialismo, disputa por poder, dificuldade de cooperação e competição (como ocorreu no período da Guerra Fria, ou por assim dizer, uma guerra político-ideológica entre Estados Unidos – União Soviética, cada qual buscando ampliar sua zona de influência através da propagação do capitalismo e do socialismo, respectivamente) do que as demais teorias, como por exemplo, o idealismo que mesmo após os esforços da criação da Liga das Nações em 1919, no pós I Guerra, não conseguiu “evitar” uma nova guerra. De acordo com Walt, “‘Classical’ realists such as Hans Morgenthau and Reinhold Niebuhr believed that states, like human beings, had an innate desire to dominate others, which led them to fight wars.” (WALT, 1998, p. 30).

Nesse sentido, no realismo clássico, como é chamado nessa primeira abordagem, os Estados são os únicos atores relevantes no cenário internacional que é caracterizado como um sistema anárquico e, assim como os humanos, agem de maneira egoísta, de acordo apenas com interesses próprios, tendo como principal objetivo sua segurança. Essa segurança só poderia ser alcançada através do acúmulo de poder e, conseqüentemente, da dominação de outros Estados.

Sendo a segurança o principal tema da agenda internacional, o volume gasto no desenvolvimento de tecnologia militar é, na teoria realista clássica, indicador de total importância para determinar o poder de determinada nação e, por conseqüência, sua influência sob as demais. (MEARSHEIMER, 2001, p. 5)

Great powers are determined on the basis of their relative military capability. To qualify as a great power, a state must have sufficient military assets to put up a serious fight in an all-out conventional war against the most powerful state in the world.

Observando a tabela abaixo, percebe-se claramente a grande diferença dos gastos com defesa das grandes potências. Mesmo tratando-se apenas de países desenvolvidos, os Estados Unidos ainda possuem gastos substancialmente maiores que China, Japão, Alemanha, Rússia, França e Grã Bretanha. (IKENBERRY, MASTANDUNO, WOHLFORTH, 2008, p. 9)

Defense Expenditures for the Major Powers<sup>a</sup>  
(2006)

	Defense Expenditures (\$ Billions)	% Great Power Defense Expenditures	% World Defense Expenditures	Defense Expenditures % of GDP	Defense R&D Expenditures (\$ Billions)
United States	528.6	65.6	46	4.1	75.5
China	49.5	6.1	4	2	n.a.
Japan	43.9	5.4	4	1	1.1
Germany	36.9	4.6	3	1.4	1.1
Russia	34.7	4.3	3	4.1	n.a.
France	53	6.6	5	2.5	3.9
Britain	59.2	7.3	5	2.7	4.4

Sources: Stockholm International Peace Research Institute, "The 15 Major Spending Countries in 2006," at [http://www.sipri.org/contents/milap/milex/mex\\_data\\_index.html](http://www.sipri.org/contents/milap/milex/mex_data_index.html) (accessed November 8, 2007); Stockholm International Peace Research Institute Military expenditures Database, at [http://www.sipri.org/contents/milap/milex/mex\\_database1.html](http://www.sipri.org/contents/milap/milex/mex_database1.html) (accessed November 8, 2007); Organization for economic Development and Cooperation, *o e c d Main Science and Technology Indicators 2006*, no. 2 (Paris: OECD, 2006), 49.

<sup>a</sup>Defense expenditures as % g d p are 2005 estimates; R&D expenditures are for 2004.

Para o realismo, portanto, a liderança é, acima de tudo, uma questão de garantir e resguardar a soberania de um Estado. Ser um líder ou uma potência hegemônica é ter um acúmulo de poder de tal forma que nenhuma outra nação ou coalizão delas, possa ser capaz de ferir ou interferir na segurança nacional ou no interesse nacional de forma a por em cheque sua soberania. Para o Estado, mais importante do que ser líder ou hegemônico por si só, é o fato de que, se ele é líder, conseqüentemente, outro Estado não é, então não poderá ameaçar sua segurança. Assim, os realistas clássicos achavam o *"balance of*

*Power*” ou o equilíbrio de poder existente em um sistema bipolar extremamente perigoso, como aconteceu no período da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética. A estabilidade de um sistema não era medida pelo equilíbrio de poder e sim pela admissão das demais nações do sistema àquela situação. (WALT, 1998, p.4)

Apesar do surgimento de diversas teorias e da própria evolução do realismo, essa escola teórica ainda se mostra extremamente eficaz para explicar assuntos atuais, principalmente quando se busca entender a origem dos conflitos, especialmente entre as nações, inclusive àquela nação com status de hegemônica, reagem em relação a esses, conflitos. Um caso emblemático que trouxe à tona as explicações da teoria realista sobre a maneira como os Estados agem quando ameaçados foram as reações pós o fatídico 11 de setembro de 2001. De acordo com Snyder, mesmo em tempos onde a interdependência, principalmente econômica, parecia ditar as relações entre os países, os Estados Unidos do então Presidente George W. Bush não hesitaram em responder militarmente aos ataques terroristas, conforme trecho abaixo. (SNYDER, 2004, p.5)

When a state grows vastly more powerful than any opponent, realists expect that it will eventually use that power to expand its sphere of domination, whether for security, wealth, or other motives. The United States employed its military power in what some deemed an imperial fashion in large part because it could.

Ainda sobre os acontecimentos ocasionados no pós 11 de setembro, o conceito de equilíbrio de poder da teoria realista clássica, vêm sendo usado por alguns estudiosos para explicar a resistência de determinados grupos armados no Iraque e no Afeganistão (apesar do fato de que o realismo considera os Estados como únicos atores relevantes em um sistema internacional). Segundo estes, a resistência desses grupos é uma forma de criar um contrabalanço de poder a hegemonia dos Estados Unidos na região. Outro caso relacionado a esses mesmos acontecimentos é a posição de alguns países da Europa em relação à presença das tropas americanas em ambos os países, Iraque e Afeganistão. Nações como a França e a Alemanha se posicionaram contra em determinados momentos, porém, em momento algum, esses países tentou impedir a ação militar norte-americana. Poderia ser um caso de tentativa de equilíbrio de poder, mas o que ocorreu de fato foi que França e Alemanha, recorreram a outras esferas de ação, como os organismos multilaterais. (SNYDER, 2004, p. 6)

Após essa breve explanação, cabe ressaltar que a teoria realista sofreu diversas “releituras” ao longo do tempo. Talvez, a mais famosa evolução dessa teoria tenha sido desenvolvida por Kenneth Waltz, sendo chamada de Teoria Neo-Realista, em sua obra

*Theory of international politics* (1979). Assim como na teoria realista clássica de Morgenthau, para Waltz os Estados também são os únicos atores relevantes para a política internacional. As diferenças começam na explicação de por que os conflitos ocorrem. O autor busca explicar, mais claramente, os efeitos da estrutura do sistema internacional no comportamento dos Estados-nações (BALDWIN, 1993). Por consequência, Waltz foge do fator explicativo da “natureza humana” e busca refúgio nos elementos estruturais. Pode-se fazer uma metáfora com o célebre pensamento de Rousseau de que “o homem nasce bom, a sociedade que o corrompe”. No caso do pensamento neo-realista pode se dizer que: “não é o Estado que nasce mal, por natureza, e sim a estrutura que o corrompe”. Então, de acordo com Waltz, no Neo-Realismo, os Estados entram em conflito devido a mudanças na estrutura e estes devem agir seguindo o princípio de “auto-ajuda”, ou seja, cada Estado deve agir de forma a conquistar seus interesses e aumentar suas possibilidades de ganhos. (WALTZ, 1979)

Os Estados possuem um objetivo comum que é o da sobrevivência, mas, devido à anarquia do sistema, ou seja, a ausência de um poder central, cada Estado deve buscar sua sobrevivência por sua própria força. (WALTZ, 1998, p.4)

For Waltz, the international system consisted of a number of great powers, each seeking to survive. Because the system is anarchic (i.e, there is no central authority to protect states from one another), each state has to survive on its own. Waltz argued that this condition would lead weaker states to balance against, rather than bandwagon with, more powerful rivals. And contrary to Morgenthau, he claimed that bipolarity was more stable than multipolarity.

Assim, se no NeoRealismo os Estados são atores soberanos funcionalmente iguais, o que os diferencia? Waltz explica que é a distribuição das capacidades. Quanto maior a capacidade de um ator (Estado), maior sua probabilidade de ter êxito em um sistema. Também sobre capacidades, Ikenberry, Mastanduno e Wohlforth (2009), afirmam que, principalmente após o colapso da antiga União Soviética, os Estados Unidos emergiram como a única superpotência capaz de reunir as mais diversas capacidades materiais (sejam elas econômicas, militares, tecnológicas ou geográficas) a ponto de transformar a ordem mundial no que esses autores citados chamam de “unipolaridade”. Entretanto cabe ressaltar que, de acordo com os mesmos, não se pode confundir unipolaridade com hegemonia uma vez que, a unipolaridade faz referência única e exclusivamente ao acúmulo, por parte de um Estado, de uma quantidade substancial de capacidades materiais, de forma que os outros Estados possam equiparar-se a este em uma capacidade ou outra,



mas nenhum conseguiria equiparar-se em todas. Enquanto isso, a hegemonia compreende aspectos de relacionamento político, graus de influência e liderança. Por conseguinte, um *Pole State* seria definido da seguinte forma (IKENBERRY, MASTANDUNO e WOHLFORTH, 2009, p. 4)

International relations scholars have long defined a pole as a state that (1) commands an especially large share of the resources or capabilities states can use to achieve their ends and that (2) excels in all the component elements of state capability, conventionally defined as size of population and territory, resource endowment, economic capacity, military might, and organizational-institutional “competence.”

Isto posto, é importante observar que, apesar do conceito de “unipolaridade” não poder ser confundido com o de hegemonia, como defendem seus autores, pode-se observar no primeiro, mesmo que implicitamente, uma relação de similaridade com outro conceito, o de liderança. Isto porque toda liderança requer custos e o líder deve estar apto a arcar com esses custos para ser, de fato, legitimado como tal perante aos demais. Da mesma forma, espera-se do *Estado Pole* que este tome iniciativas no sistema internacional. Na verdade, ele pode ser, em algumas situações, até mesmo constrangido pelos outros Estados a tomar as devidas providências.

Por fim, seja em sua versão clássica ou em suas releituras, o realismo tem se mostrado ainda uma teoria frequentemente utilizada tanto por acadêmicos da área de Relações Internacionais bem como pelos próprios “*Policy makers*” dos Estados para explicar os fenômenos internacionais e, mais ainda, às reações dos Estados a esses acontecimentos. Nesse sentido, como já foram anteriormente mencionados, os ataques terroristas aos Estados Unidos de 11 de setembro de 2001 deram, por assim dizer, pontos a favor dessa teoria. A imediata resposta militar do Governo Bush com a ocupação do Afeganistão e a Guerra contra Iraque (país o qual a ocupação das tropas americanas perdura até os dias de hoje) foi uma clara demonstração de que apesar do desenvolvimento de diversas instituições internacionais, vide Organização das Nações Unidas, os Estados ainda têm em seu poderio militar a principal garantia de seu poder e segurança e a manutenção de seu *status-quo* de nação hegemônica. (SNYDER, 2004, p.56)

### 1.3 O Liberalismo e o Institucionalismo Liberal

Como mencionado na introdução deste capítulo, novas teorias surgem nos espaços deixados pelas teorias anteriores, ou seja, para complementar ou até mesmo para sugerir novas questões e novas respostas para os acontecimentos que estão constantemente alterando o cenário das Relações Internacionais. De acordo com Snyder: “In liberal democracies, realism is the theory that everyone loves to hate.” (SNYDER, 2004, p. 55)

Dessa maneira, o Liberalismo surge como uma alternativa ao Realismo Clássico, apesar de ainda considerar os Estados como os “*players*” principais das Relações Internacionais. Tendo em Adam Smith, pai do liberalismo econômico, Immanuel Kant e no Presidente norte-americano Woodrow Wilson seus principais precursores e, posteriormente, Robert Keohane, essa corrente teórica apoiava-se fortemente na idéia que a interdependência econômica entre as democracias desencorajaria os Estados a entrarem em conflitos. O poder não era mais totalmente relacionado às capacidades militares, agora os aspectos políticos e econômicos estavam a um patamar elevado de importância. Para evitar os conflitos, os liberais acreditam na eficácia das instituições internacionais para fortalecer a cooperação internacional, como por exemplo, o advento do FMI – Fundo Monetário Internacional – criado pelos Estados Unidos para socorrer os Estados Europeus devastados economicamente após a Segunda Guerra Mundial (WALT, 1998, p. 32)

Para os liberais, as democracias estabelecidas representavam uma possibilidade infinitamente maior de manutenção da paz e da ordem do que regimes autoritários. Não por menos, a estratégia de ação dos Estados Unidos pós 11 de setembro era “levar a democracia” ao Afeganistão e Iraque, mesmo que por meio de conflitos armados. Em tese, uma democracia não entraria em guerra contra outra, mas sim, entraria em conflito contra outro Estado não democrático justamente para “democratizá-lo”. Segundo Snyder: “Democratic peace warned that, though democracies never fight each other, they are prone to launch messianic struggles against warlike authoritarian regimes to “make the world safe for democracy.” (SNYDER, 2004, p. 57).

A respeito da constituição de uma hegemonia em um sistema internacional composto em sua maioria por democracias liberais e instituições internacionais, Hurrell afirma que um hegemom racional seria aquele que justamente utiliza-se dessas instituições para legitimar sua hegemonia de forma que os demais estados não se sintam ameaçados por ele. (HURRELL, 2006, p. 5)

No liberalismo as instituições internacionais ocupam um papel relevante na tomada de decisões dos Estados, inclusive do hegemom como mencionado no parágrafo anterior. Nesse sentido, pode-se até dizer que se desenvolveu uma nova corrente teórica liderada principalmente por Robert Keohane e Joshep Nye, o Institucionalismo Neo-Liberal.

Segundo esses autores, o advento dessas instituições é fruto de fenômenos resultantes da globalização, onde novos temas, cada vez mais complexos, dominam cada vez mais a agenda de discussão das Relações Internacionais. Decorrente da inclusão desses novos temas na agenda, o “*Hard Power*” começa a dar lugar ao chamado “*Soft Power*”. Ou seja, o poder não está mais intimamente relacionado apenas com questões de segurança e capacidades militares. As capacidades agora são relativas, dependendo da agenda em questão e não mais absolutas.

Assim, a questão da liderança no Institucionalismo torna-se também relativa. Um Estado possuidor de baixo poderio militar, porém com vastos recursos ambientais pode ser líder em uma determinada instituição ou rodada de negociação se a agenda for Meio-Ambiente, por exemplo. Estados mais fracos passariam a integrar as mesmas normas presentes das instituições e ter maiores possibilidades de ganhos através da cooperação e da própria segurança oriunda dessas normas. De acordo com Hurrell: (HURRELL, 2006, p.6)

For institutionalist liberals, globalization and ever denser networks of transnational exchange and communication create increasing demand for international institutions and new forms of governance. Institutions are needed to deal with the ever more complex dilemmas of collective action that emerge in a globalized world. (...) Institutions may play an important role in the diffusion of norms and in the patterns of socialization and internalization by which weaker actors come to absorb those norms.

Mesmo com a crença dos liberais que as organizações e instituições internacionais, bem como o avanço das democracias, iriam levar os Estados a paz, na prática percebe-se que nem mesmo as instituições são capazes de frear os interesses próprios dos Estados hegemônicos. Mais uma vez, as ações dos Estados Unidos, Estado hegemônico, servem para exemplificar a “falha” teórica dos liberais. Snyder relembra que o Governo Bush não recorreu ao auxílio direto das organizações internacionais para responder aos ataques terroristas, pelo contrário, foi contrário à posição das Nações Unidas ao invadir o Iraque. Fora da esfera de segurança, os EUA tampouco assinaram o Protocolo de Kyoto à época, colocando seus interesses econômicos no caso a frente do estabelecimento de normas por instituições globais. Segundo o autor, “(...) recent events demonstrate that international

institutions cannot constrain a hegemonic power if its preferences change.” (SNYDER, 2004, p. 58).

Posição esta reafirmada por Walt “Institutions are now said to facilitate cooperation when it is in each state's interest to do so, but it is widely agreed that they cannot force states to behave in ways that are contrary to the states' own selfish interest.” (WALT, 1998, p. 40).

Em suma, o liberalismo, seja em sua versão “defensiva” – aquela que crê em que a história se encarregará de mostrar os exemplos positivos da democracia, da economia e da política liberais e do sucesso da cooperação internacional (vide exemplo a União Européia) ou em sua versão “ofensiva” – cujo seus simpatizantes alegam que além dos bons exemplos da história é necessária uma liderança, inclusive de poderio militar, que garanta o bom estabelecimento e progresso da democracia e da liberalização econômica – representa uma melhor adaptação da teoria aos cada vez mais complexos desafios propostos pela era da globalização. (HURREL, 2006, p. 7)

O fato é que, constringendo ou não o interesse dos Estados hegemônicos, as instituições internacionais existem, bem como as normas, e não podem mais ser desconsideradas como atores relevantes nas tomadas de decisões no cenário das Relações Internacionais. A cooperação entre países se torna cada vez mais necessária devido a inclusão de novos temas na agenda e, na maioria das vezes, carrega consigo benefícios para os países que dela participam, principalmente aos subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

#### **1.4 O Construtivismo**

Após uma breve exposição sobre o Realismo e o Liberalismo, esta penúltima seção do capítulo versará, também brevemente, a respeito da outra importante corrente teórica das Relações Internacionais, a saber, o construtivismo.

Surgido no campo em 1989, o construtivismo encontra em Alexander Wendt e John Ruggie seus principais fundadores. Como o próprio nome diz, a premissa inicial dessa Escola é que somos protagonistas do mundo em que vivemos, ou seja, construímos a realidade de acordo com nossas escolhas sendo agentes dessa permanente construção.

“Vale dizer: não se trata de um mundo que nos é imposto, que é predeterminado, e que não podemos modificar. Podemos mudá-lo, transformá-lo, ainda que dentro de certos limites. Em outras palavras, o mundo é socialmente construído.” (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 163).

O debate é entre agentes e estruturas, quem dentre os dois (agente e estrutura) constrange e limita as opções do outro. O construtivismo parte da premissa da negação de antecedência ontológica aos agentes e a estrutura. Ambos são co-constitutivos, ou seja, nem os agentes precedem e moldam as estruturas de acordo com seus interesses, nem a estrutura está apta a constranger a ação dos agentes. Conforme Nogueira e Messari: (NOGUEIRA, MESSARI, 2005, p. 163)

Um exemplo ilustrativo da premissa de co-constituição é que não se pode falar em sociedade sem falar nos indivíduos que a compõem, nem se pode falar de indivíduos – no plural, ou seja, mais de um indivíduo – sem falar da sociedade que eles constituem. Nesse sentido, a sociedade e indivíduos são co-constituídos.

Wendt define o construtivismo como uma teoria em que, os interesses e as identidades dos Estados são construídos por estruturas sociais e não pela natureza humana ou pela política doméstica dos mesmos. O foco dos construtivistas não se encontra no poder ou uso da força, tampouco no comércio internacional mas, sim, na ênfase do debate de idéias, valores, ideologias e identidades. (WALT, 1998, p. 40)

Os indivíduos e os grupos sociais ganham força e papel mais ativo nas arenas de debate. No construtivismo, não há a crença em um único “interesse nacional”, como era moldado no realismo. O interesse não é imutável. A possibilidade de mudança é, neste caso, sempre considerada pois o entendimento sobre qual é de fato o interesse depende das idéias de pessoas ou grupos. (SNYDER, 2004, p. 60)

Whereas realists dwell on the balance of power and liberals on the power of international trade and democracy, constructivists believe that debates about ideas are the fundamental building blocks of international life. Individuals and groups become powerful if they can convince others to adopt their ideas.

Esses interesses nacionais moldados por valores e identidades distintas ficaram claros para os construtivistas após o fim da Guerra Fria. Para Walt, a questão central do pós Guerra era identificar como os diferentes grupos iriam se posicionar de acordo com suas identidades e interesses. O autor cita como exemplo questões como se o norte-americanos rejeitam ou não a identidade de “seguranças do mundo” ou até mesmo se os

Europeus tendem a se definir em termos nacionais ou como um todos parte de um mesmo continente.

Outro aspecto importante a respeito do construtivismo versa a respeito da anarquia. Para Wendt, a anarquia é socialmente construída, ou melhor, a anarquia é o que o Estado faz dela, podendo variar entre o conflito e a cooperação. Isto porque o sistema é socialmente construído e, como já foi dito, sendo assim constantemente aberto a possibilidades de mudança.

A respeito dos conceitos de liderança e hegemonia, estes não são conceitos centrais no construtivismo. Nicholas Onuf, um dos autores construtivistas, faz menção ao conceito de hegemonia relacionado este ao que ele chama de “regras de instrução”, aquelas que informam como as coisas são. Para ele, as relações sociais são baseadas em regras, que geram assimetrias de poder, criando, com isso, condições de domínio. (NOGUEIRA, MESSARI, 2005, p. 174) A hegemonia seria então, nessa analogia, as regras que ditam como as coisas são e como os Estados devem se adequar a esta realidade.

Após de ter surgido inicialmente como uma alternativa ao realismo e ao liberalismo, o construtivismo foi (talvez de maneira precipitada segundo alguns autores) considerado algumas vezes como um meio termo entre essas duas escolas teóricas de Relações Internacionais. Preenchendo ou não esse “*gap*”, o construtivismo trouxe a tona elementos importantes que eram irrelevantes ou pouco considerados nas Escolas anteriores. Dentre eles pode-se destacar: a importância de redes políticas transnacionais, bem como uma maior presença dos indivíduos e grupos sociais nas tomadas de decisão, a importância das identidades nacionais como modeladoras dos próprios interesses nacionais (sendo esses passíveis de mudanças) e um maior destaque para temas como a defesa dos Direitos Humanos dentre outros.

## **1.5 Conclusão do capítulo**

Como mencionado na introdução deste capítulo, nenhuma teoria por si só é capaz de esclarecer e fornecer respostas suficientes para a compreensão de todos os fenômenos das Relações Internacionais. As três correntes teóricas aqui apresentadas, realismo, liberalismo e construtivismo, são consideradas as principais Escolas da área e até hoje são

constantemente utilizadas por pesquisadores, governantes, organizações para tentar prever o comportamento dos mais diversos atores do cenário internacional.

O realismo, seja em sua versão clássica ou em suas releituras, continua sendo a principal teoria utilizada nas Relações Internacionais. Mesmo em tempos de instituições bem consolidadas, como a Organização das Nações Unidas, de grande interdependência econômica, das democracias de mercado, os Estados ainda tem como preocupação central sua segurança. E quando esta é ameaçada, o poder militar geralmente é a primeira via de resolução de conflitos. Isto foi percebido de maneira clara quando a potência hegemônica do mundo, os Estados Unidos, foi alvo dos ataques terroristas de 11 de setembro. Apesar da resistência das Nações Unidas, a política de Bush foi a de atacar militarmente o Afeganistão e o Iraque, demonstração clara da eficácia da explicação fornecida pela teoria realista.

Por outro lado, o realismo apresenta falhas claras ao minimizar a importância de outros atores no jogo político das Relações Internacionais. O liberalismo apresentou uma evolução nesse sentido, principalmente ao propagar a consolidação das democracias e enfatizar o poder das relações econômicas e dos interesses comerciais, bem com a importância da cooperação internacional como forma de alavancar o desenvolvimento dos países e o papel das instituições e organizações internacionais no campo.

Contudo, assim como o realismo, o liberalismo também apresenta pontos fracos como, por exemplo, desconsiderar que, em muitas vezes, o caminho para a consolidação de uma democracia é conflituoso e violento, diferentemente da transição pacífica que desejariam os liberais. Além disso, o liberalismo ainda não fornece respostas para explicar porque as instituições não impedem as hegemonias de ainda pensar apenas nos próprios interesses.

Finalmente, o construtivismo se apresenta como uma teoria mais aberta às possibilidades de mudanças que as duas anteriores ao observar o mundo como uma construção social e os indivíduos como agentes dessa construção. Outro aspecto importante é a maleabilidade dos interesses nacionais, de acordo com as próprias identidades e idéias propagadas rapidamente através de redes de indivíduos. Não obstante, o construtivismo também deixa respostas sem explicação. A respeito desta teoria, se diz que funciona melhor para explicar os fatos passados do que fornecer instrumentos para prever comportamentos futuros e que, a humanidade ainda se encontra em um estágio em que assuntos como proteção dos Direitos Humanos continuam em pauta muito mais na teoria do que na prática.

Após este breve e sucinto embasamento teórico, será possível abordar de maneira mais clara as questões de poder, liderança e hegemonia nos capítulos que se seguem sobre a presença dos Estados Unidos na América Latina e o posicionamento dos Estados Unidos frente às alternativas de liderança na região apresentadas por Brasil e Venezuela. Feito isso, será possível concluir ao final deste trabalho uma breve estimativa do real posicionamento político do Brasil no continente e de que maneira os Estados Unidos enxergam e pretendem lidar com o papel do país nessa nova configuração de poder.



## **2 A PRESENÇA DOS ESTADOS UNIDOS NA AMÉRICA LATINA E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA – DA DOCTRINA MONROE A DEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA**

### **2.1 A Doutrina Monroe, o Destino Manifesto e a Proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil**

A partir do ano de 1810 implodiram na América Latina diversos movimentos de emancipação do Império Espanhol e Português. Era um período de grande instabilidade na região e, cada vez mais, os revolucionários miravam-se no exemplo dos Estados Unidos, que à época das 13 colônias, lutaram por oito anos contra a Inglaterra e conquistaram sua independência estabelecendo um novo padrão, baseado nos princípios liberais, no modelo capitalista e no espírito nacionalista.

Para o Brasil, o exemplo americano soava quase que como uma forma de libertação. Décadas antes, em 1786, o então estudante José Joaquim da Maia enviou uma carta ao então Ministro dos Estados Unidos na França, Thomas Jefferson com o seguinte apelo. Conforme Bandeira: “É vossa nação a que julgamos mais apropriada para dar-nos socorro, não somente porque ela nos deu exemplo como também porque a natureza nos fez habitantes do mesmo continente e, por conseqüência, compatriotas.” (BANDEIRA, 2007, p. 39).

Em decorrência desta forte inspiração, as relações dos Estados Unidos com o Brasil já eram, no mínimo, estreitas. Um prova concreta desta afirmação, foi o fato de serem os norte-americanos os primeiros a reconhecerem a Independência do Brasil, em 1824. (ALMEIDA, 2006, p. 14)

Por outro lado, especulava-se em 1823 que a Espanha, sob a ameaça das revoltas liberais, estava empenhada em retomar suas colônias americanas e, para tal, o monarca Fernando VII contaria com o apoio da Santa Aliança (estabelecida no ano de 1815 pelos imperadores da Rússia, Prússia, Áustria e pelo Rei da França).

Ao saber da estratégia espanhola, o então Ministro de Negócios Estrangeiros da Inglaterra, George Canning, propôs ao enviado extraordinário dos Estados Unidos em Londres, Richard Rush, que Inglaterra e Estados Unidos fizessem uma declaração

conjunta sobre a questão. Os Estados Unidos rejeitaram a proposta. Era consenso entre os líderes americanos que tal proposta inglesa seria um tanto quanto suspeita. Os EUA, com sua política expansionista, vislumbravam as ilhas do Caribe (lê-se Cuba, principalmente) e, de modo algum, queriam ater-se a um compromisso com a Inglaterra e muito menos queriam que a aquele país se instalasse nas Américas sobre o pretexto de defender aquela região das investidas espanholas e da Santa Aliança. (BANDEIRA, 2007, p. 87)

Assim, o então presidente norte-americano James Monroe enviou, em 2 de dezembro de 1823, uma declaração ao Congresso que ficou conhecida como Doutrina Monroe sob a célebre frase “América para os Americanos”. Esta reiterava a neutralidade dos Estados Unidos em relação à questão das colônias européias – mesmo o Presidente Monroe acreditando que a Espanha não conseguiria reconquistá-las – mas que, caso a Europa tentasse estender seu sistema de forças, aquilo seria julgado perigoso para a paz e para a segurança dos Estados Unidos. A doutrina pregava a não intervenção recíproca nos assuntos considerados de interesses internos. A mensagem de Monroe ajudou a enterrar os planos de re-colonização da Santa Aliança. (BANDEIRA, 2007, p. 88)

Os Estados Unidos – dizia a mensagem – nunca se intrometeram nem se intrometeriam nas colônias ou dependências de alguma nação da Europa, mas, se esta tentasse estender o seu sistema (de forças) a qualquer parte da América, julgariam semelhante passo perigoso para sua paz e segurança.

Os interesses norte-americanos não eram apenas políticos. Muito pelo contrário, a burguesia que ajudara a patrocinar a revolução necessitava de espaço geográfico para expandir seu comércio e consolidar cada vez mais seu modelo capitalista e a Doutrina Monroe serviu de arcabouço ideológico para esta expansão. Além da Doutrina Monroe, o Destino Manifesto teve papel fundamental como explicação “moral” e filosofia de apoio ao expansionismo para as investidas norte-americanas no continente. Este, por sua vez, surgiu como base ideológica desde a fundação dos EUA.

No período da Guerra contra o México, em 1846, os Estados Unidos, movidos pelo interesse dos escravocratas do sul em ampliar seu poderio e dos industriais do norte em expandir seus negócios, buscaram a conquista do Texas, Arizona e da Califórnia, motivados moralmente pelo Destino Manifesto (assim como aconteceria em outras guerras).

O Destino Manifesto seria então a versão americanizada do “fardo do homem branco” da Europa segundo a qual o europeu tinha a missão divina de sair além-mar civilizando o mundo primitivo. Da mesma forma, aconteceria com os EUA. O Destino

Manifesto era uma missão, assinalada pela Providência, de que os norte-americanos deveriam levar a democracia a todos os seus “compatriotas” americanos.

Quanto ao Brasil, o impulso expansionista do Destino Manifesto não foi visto com tão bons olhos. O Governo brasileiro mantinha uma posição rígida, principalmente no que dizia respeito à navegação de norte-americanos no Amazonas pois, desde aquela época, sabia-se do potencial de riquezas da região. (BANDEIRA, 2007)

Outro ponto tocante à política externa brasileira foi o apoio dos Estados Unidos ao Paraguai na Guerra contra o Brasil. Os Estados Unidos não viam com bons olhos o domínio brasileiro na Bacia do Prata, não apenas por interesses comerciais, mas por razões políticas. Temia-se a época que o Brasil, país ainda monarquista e por isso uma reminiscência da Europa, colocasse em risco modelo de governo republicano e, sobretudo, diminuísse o poder de influência dos Estados Unidos na região. (BANDEIRA, 2007, p. 163)

Já em 1889, esse choque de políticas entre o Brasil e os Estados Unidos ganhou uma nova solução. A proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil (nome obviamente inspirado nos norte-americanos) e adoção de uma Constituição semelhante a norte americana (com regime presidencialista e bicameral), proposta por Ruy Barbosa, deu novos ares a relação entre os dois países. Acreditava-se que haveria uma ascensão de classes impulsionada pelo modelo capitalista dos Estados Unidos e buscava-se romper com tudo que lembrava o passado, principalmente as amarras comerciais inglesas. (ALMEIDA, 2006, p. 16)

Em suma, apesar da breve tensão decorrente do episódio da Bacia do Prata, pode-se dizer que o período compreendido durante a Primeira República foi, em linhas gerais, de uma aliança informal entre Brasil e Estados Unidos. A proclamação de uma Constituição brasileira nos moldes do vizinho, bem como a abertura do mercado dos Estados Unidos para o café (principal produto de exportação brasileiro) estreitaram os laços entre os países. (HIST, 2006)

A aproximação política e comercial com os Estados Unidos, que já vinha se configurando como um poderoso ator no cenário internacional, caminhou paralelamente ao afastamento do Brasil das potências européias, principalmente da Inglaterra, que viriam a sofrer um grande descenso após a Primeira Guerra Mundial.

## 2.2 A Política do “Big Stick” e o Posicionamento do Brasil na Primeira Guerra Mundial

Remetendo ainda a respeito do espírito expansionista norte americano, cabe ressaltar que nessa época os Estados Unidos eram mais uma potência econômica do que militar. Contudo, o amplo domínio dos oceanos por parte da Inglaterra despertou a convicção nos dirigentes norte-americanos de que o controle dos oceanos, em especial do Golfo do México, seria fator preponderante para que os Estados Unidos pudessem de fato conquistar novos mercados e ampliar sua zona de influência. (BANDEIRA, 2005)

Conforme dito anteriormente, tanto a Doutrina Monroe quanto o Destino Manifesto serviram de bases ideológicas e morais para justificar as investidas expansionistas dos Estados Unidos. Todavia, obviamente nem sempre apenas o discurso moral era “suficiente” para alcançar ou mesmo salvaguardar os interesses norte-americanos. Partindo deste pressuposto, o então Presidente Theodore Roosevelt (1901 – 1909), disposto a garantir a expansão do modelo norte-americano e baseado no destino de seu país de “pacificar e democratizar” as Américas do Sul e Latina, bem como exercitar seu poder internacional de polícia, deu início a uma diplomacia intervencionista, chamada à época de política do “*big stick*” (grande porrete), corolário da Doutrina Monroe. (BANDEIRA, 2007, p. 247)

Já nos anos que antecederam a Primeira Guerra – Mundial, os Estados Unidos tinham um rival poderoso na Europa, a Alemanha. Esta se encontrava, assim como os EUA, em um estágio avançado de industrialização e havia se tornado a segunda potência industrial do mundo. Por sua vez, a Alemanha também buscava a expansão de seus territórios para aumentar sua produção pela Europa e expandir seus laços comerciais com outros continentes, como por exemplo, na América. A Alemanha chegou a tentar uma conquista armada no território da Venezuela, algo que os Estados Unidos, baseados na Doutrina Monroe, jamais permitiriam. (BANDEIRA, 2005)

O Brasil – que tinha o Barão de Rio Branco como principal nome de sua política externa – por sua vez, aproveitou a situação para estreitar laços com os norte-americanos. Laços estes não necessariamente de subordinação. Rio Branco buscava uma condição de hegemonia brasileira da América do Sul. Era como se o país ficasse encarregado de manter a ordem no continente sul-americano, tal como os Estados Unidos haviam feito anteriormente. Segundo ALMEIDA (2006, p. 18)

O Barão acreditava, aliás, em uma ‘divisão do trabalho’ com a potência setentrional, imaginando poder o Brasil desempenhar papel similar, ou equivalente, no Cone Sul. Desde a segunda metade do século XIX, os Estados Unidos despontam como o mais importante comprador do principal produto brasileiro de exportação, ainda que a Grã-Bretanha se mantivesse como o principal fornecedor dos produtos de importação, de serviços e de capitais financeiros e de investimento direto.

Com a entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra, coube ao Brasil, interromper sua neutralidade e lutar ao lado de seu laço mais forte de política internacional, os Estados Unidos, mesmo esta decisão não sendo consenso no país e acarretando duras perdas no comércio do Brasil com a Alemanha. Os Estados Unidos, como se sabe, enriqueceram após a Guerra e lucraram ainda mais com a Europa devastada. Os *Fourteen Points*, estabelecidos em janeiro de 1918 por Wilson reabriram os mares e os mercados e removeram as barreiras comerciais, permitindo aos EUA escoar sua produção e expandir ainda mais seu mercado consumidor capitalista.

Com o Tratado de Versailles, foram feitas várias divisões territoriais, porém os Estados Unidos trataram de, sob a alegação da ainda presente Doutrina Monroe, trataram de excluir a América Latina do pacto e, preservar assim, sua zona de influência política e econômica.

### **2.3 A Política de “Boa Vizinhança”**

A Grande Depressão de 1929 fez os Estados Unidos mudarem consideravelmente os rumos de sua política externa para com os países vizinhos. Franklin Delano Roosevelt tentou aposentar a política do *big stick* e aderir a uma política de Boa Vizinhança. A política econômica instável fez com que as relações econômicas com a América Latina caíssem abruptamente e era necessária a implementação de uma relação menos brutal e mais democrática com os países do continente. (ALMEIDA, 2006, p. 19)

Nessa época, uma série de golpes políticos tomou conta da América do Sul. Na Argentina o golpe que derrubou o governo constitucional restabeleceu o poder da oligarquia conservadora enquanto que no Brasil, o golpe de 30 era encarado por alguns setores da sociedade como um movimento partido dos Estados Unidos para quebrar a

hegemonia dos grandes latifundiários e da Grã-Bretanha sobre o Brasil. De acordo com BANDEIRA (2007, p.311)

Getúlio Vargas e a Aliança Liberal representariam, portanto, os interesses dos Estados Unidos, que tentavam monopolizar a produção da borracha, do minério de ferro, do manganês, combatiam a valorização do café e tendiam a financiar e a desenvolver, no país, empresas industriais

Manter a política de Boa Vizinhança era necessário aos Estados Unidos até que os efeitos da depressão econômica se minimizassem e, por outro lado, também servia como uma oposição ideológica à política expansionista e bélica do recém eleito Chanceler da Alemanha, Adolf Hitler. Para consolidar ainda mais essa política, o Secretário de Estado Norte Americano Cordell Hull, assinou o *Pacto de Não-Intervenção e Inviolabilidade de Território* na VII Conferência Interamericana de Montevideu, em 1933. “Nenhum governo precisa temer qualquer intervenção dos Estados Unidos sob a administração Roosevelt.” (SCHILLING, 2002, p.63).

Em decorrência do envolvimento dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, resguardar o continente da ameaça dos países do Eixo passou a ser uma questão relevante para os Estados Unidos. Segundo HIRST (2006, p. 95)

Conforme o envolvimento dos Estados Unidos na Segunda Guerra mundial, foi montado um sistema de segurança hemisférico baseado em programas bilaterais de cooperação militar que surtiu rápidos efeitos na região; um exemplo foi a aprovação do compromisso de rompimento de relações com o Eixo, durante a Terceira Reunião de consulta dos Chanceleres, em 1942, no Rio de Janeiro (rejeitada apenas pelo Chile e pela Argentina).

Nesse período, outra grande potência ameaçava a hegemonia ideológica norte-americana no continente, a União Soviética despontava como uma alternativa ideológica ao capitalismo dos Estados Unidos tendo como base as idéias lançadas na V Internacional. A ameaça do comunismo era uma realidade e, na visão ocidental, deveria ser cuidadosamente combatida. O autor Amado Cervo, no entanto, demonstra que, ainda longe dos tempos de Guerra-Fria, havia na região certa repugnância a contaminação comunista. Para CERVO ( 2001, p. 32)

Havia repugnância mesmo de movimentos de esquerda latino-americanos pelos métodos de aliciamento de camponeses e operários fomentados desde Moscou e pela pregação de assalto ao capital privado. Por essa razão, a União Soviética viu-se na necessidade de repensar sua ação na América Latina e, desde 1935, optou pela composição de alianças de libertação nacional, embriões das frentes populares que vingariam em alguns países.

Outro fator de preocupação dos Estados Unidos em relação à América do Sul eram as constantes investidas do Japão na região buscando também ampliar seus mercados. Em 1938, o Brasil abrigava a maior colônia de japoneses em um país estrangeiro, cerca de duzentos mil.

Entretanto, o país oriental encontrou grandes dificuldades para inserir seus produtos na América do Sul e claramente viam os Estados Unidos como os principais responsáveis por tais embargos, as restrições cambiais aliadas a baixa capacidade de importação japonesa foram fator determinante para a falta de sucesso do comércio japonês com a região. (BANDEIRA, 2005)

#### **2.4 A Política Externa Brasileira no Período da Guerra-Fria: da Era Vargas à Diplomacia do Desenvolvimento do Brasil**

No Brasil, havia fortes rumores da conspiração militar contra o Governo Vargas. A eleição do General Dwight Eisenhower aumentara a pressão sobre o líder brasileiro que buscava, em contatos com Perón, formar uma aliança com Argentina e Chile para equilibrar o poder na região. (BANDEIRA, 2006)

Entretanto o acordo não foi concluído por Vargas. A pressão do governo de Eisenhower, de administração republicana e de interesses de iniciativa privada, era um forte golpe para o presidente brasileiro, que se sentia acuado pelos interesses das empresas privadas no Brasil e pelos arrochos comerciais que os Estados Unidos estavam impondo ao Brasil. Internamente, as pressões vinham da parte de Carlos Lacerda e da UDN e por parte dos militares.

Vargas, com cada vez menos apoio das classes dominantes, apelava aos trabalhadores chegando a conceder em no dia 1º de maio, aumento de 100% no salário mínimo aos trabalhadores. A classe média foi contra a medida, que aumentaria as emissões de moeda e pioraria a situação econômica do país. A balança comercial do país estava em contínua queda pois os Estados Unidos atacavam contra a resistência de Vargas no setor mais sensível da economia brasileira, o café, principal produto de exportação brasileira que tinha nos Estados Unidos seu principal comprador. A situação se agravou em junho de 1954, pois empresários recusavam-se a pagar os aumentos aos trabalhadores que, por sua

vez, iniciaram uma sequência de greves. Até que em 24 de agosto do mesmo ano, Getúlio Vargas suicidou-se deixando uma carta de renúncia.

Todavia, durante e principalmente após o Governo Vargas, o Brasil foi um dos países que souberam bem exercer seu poder de barganha. Jogou com Estados Unidos por um lado e com a Alemanha e a Itália por outro lado, conseguindo ganhos consideráveis em seu processo de industrialização.

À época, o Brasil havia então estabelecido uma relação de alinhamento com os Estados Unidos. Em troca de empréstimos para áreas estratégicas, como por exemplo a indústria siderúrgica, o país cooperava militarmente com os Estados Unidos e cedia às pressões de rompimento com o Eixo. (HIST, 2006)

Contudo, apesar de escolher a americanização e se alinhar às concepções e doutrinas liberais econômicas dos Estados Unidos na era da bipolaridade, o Brasil não se manteve estagnado. Pelo contrário, deu início a uma diplomacia desenvolvimentista liderada principalmente pelo governo do então presidente Juscelino Kubitschek. Certo dos interesses econômicos do país, o presidente então lançou em 1958 a Operação Pan-Americana, a chamada OPA. De acordo com ALMEIDA (2006, p. 21)

Não obstante a doutrina da “segurança nacional”, a ideologia pan-americanista sustenta os esforços da diplomacia para a “exploração” da carta da cooperação com a principal potência hemisférica e ocidental. É nesse quadro de barganhas políticas e de interesse econômico bem direcionado que o Brasil empreenderá sua primeira iniciativa de multilateralismo regional, a Operação Pan-Americana (...) da qual resultará, em uma primeira etapa, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e, mais adiante, a Aliança para o Progresso.

Com a OPA, o Brasil pretendia que os Estados Unidos agissem em conjunto na luta contra o subdesenvolvimento e a favor da consolidação da democracia na América Latina, através da industrialização que seria financiada por investimentos públicos e privados. (BANDEIRA, 2007, p. 521)

Após a ênfase nacional de Vargas e o apelo desenvolvimentista de JK, o período do Governo Quadros-Goulart (1961- 1964), revelou uma iniciativa de independência do país em relação aos Estados Unidos. Apesar de, em geral, ainda caracterizado pela autora Mônica Hist como um período de alinhamento com Estados Unidos, alguns momentos de tensão entre os dois países, agravados pela questão petrolífera, foram motivadores para o lançamento da Política Externa Independente (PEI). De acordo com HIST (2006, p. 96)



A PEI defendia a ampliação da autonomia do Brasil no plano internacional, desvencilhando-o das limitações impostas pela bipolaridade e identificando-o com outras nações do mundo subdesenvolvido na América Latina, África e Ásia.

Após um breve abandono das premissas da PEI em 64, ao final da década de 60 essas mesmas premissas ajudaram a consolidar o modelo nacional-desenvolvimentista, colocando em cheque o apoio irrestrito do Brasil aos Estados Unidos.

## 2.5 A Ameaça Comunista e os Métodos de Enquadramento da América Latina

Ao final da Segunda Guerra Mundial, Estados Unidos e União Soviética já estavam consolidados como grandes potências mundiais. Cada qual com sua ideologia, sendo o embate entre elas quase que inevitável aos olhos do mundo. O maior temor era causado pela possibilidade de uso de armas atômicas por ambas as partes. “Não sem razão, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas dos Estados Unidos, Omar N. Bradley declarou que seria “The wrong war at the wrong place, at the wrong time and with the wrong enemy.” (BANDEIRA, 2005, p.169)

Mais especificamente a respeito do restante da América Latina, o temor era que, com a morte do Presidente Franklin D. Roosevelt em maio de 1945, a política de coexistência não duraria muito tempo e a região não tardaria em sentir os efeitos da recém declarada Guerra-Fria.

Com a ascensão de Harry Truman ao cargo de Presidente, os Estados Unidos passaram da política isolacionista para a política do globalismo. A nova orientação da grande potência mundial era conter os avanços do comunismo e defender os valores ocidentais. A *Doutrina de Segurança Nacional* orientaria como as demais nações deveriam agir. A doutrina seria o suporte necessário para a defesa do modelo econômico e social ocidental. (BANDEIRA, 2005)

Por sua vez, o processo de ajustamento da América Latina aos interesses norte-americanos foi delimitado pelo *Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)*. O objetivo do Tratado era demonstrar a unidade continental e constranger aqueles países que ainda optavam pela neutralidade, como a Argentina. (SCHILLING, 2002).

Outra medida tomada pelo Presidente Truman foi a de padronizar os armamentos dos exércitos latino-americanos. O objetivo principal era abrir mercado para os

armamentos excedentes da guerra fixando definitivamente bases militares na região. O ex-subsecretário de Estado norte-americano, Summer Welles, explicou da seguinte maneira a padronização. Segundo SCHILLING (2002, p. 74),

Através do Trabalho Interamericano de Defesa, as repúblicas americanas poderiam fixar conjuntamente a extensão dos armamentos requeridos por cada país de forma a se desincumbir das obrigações estipuladas nesse instrumento regional. Um acordo cooperativo impediria, assim, corridas armamentistas e eliminaria as suspeitas de certos países americanos quanto a objetivos ulteriores de seus vizinhos. O surto de ditaduras militaristas perderia qualquer estímulo, porque a maquinaria de cooperação estabelecida para a manutenção da paz regional constituiria por si própria o principal empecilho às políticas de agressão estrangeira.

A fundação da OEA – Organização dos Estados Americanos - na IX Conferência Internacional Americana realizada em Bogotá em 1948, consolidou definitivamente, junto às demais medidas, a América Latina no sistema norte-americano de alianças do pós-guerra. Tanto o TIAR como a OEA baseavam-se nos seguintes princípios: *a) não intervenção; b) igualdade jurídica dos Estados; c) arranjo pacífico das diferenças e d) defesa coletiva contra agressões.*

## **2.6 Os Movimentos Nacionalistas na América Latina**

Apesar de todas essas medidas, algumas repúblicas latino-americanas adotaram políticas reformistas de emancipação econômica e de defesa aos direitos dos trabalhadores.

Na Argentina, o peronismo (1946-1955) representava para os Estados Unidos a principal base de apoio dos países do “Eixo” na América Latina. Perón, no acúmulo dos cargos de Secretário de Trabalho e da Previdência e de vice-presidente da nação, era simpatizante do fascismo, que havia conhecido de perto da Itália e buscava implantar na Argentina um novo bloco de alianças e um Estado que se sustasse nos poderes de polícia e das forças armadas. (BANDEIRA, 2006)

Aliado a esses fatores, a neutralidade bélica da Argentina voltava a despertar suspeitas novamente. O plano externo, os Estados Unidos congelam as reservas argentinas de ouro em seu país e pressiona para que a Argentina reveja sua posição de neutralidade.

Um golpe prende Perón em 1945, na Ilha de Marin Garcia. Porém pressionados pela classe operária, os golpistas voltam atrás e em 1946, Perón é eleito Presidente da Argentina.

No segundo mandato do Governo de Perón, houve uma tendência em aproximar a Argentina dos Estados Unidos após a assinatura do TIAR, pressionada pelo governo norte-americano, devido a crise econômica e dependência comercial da Argentina em relação aos Estados Unidos.

Na Bolívia, a revolta dos grupos militares nacionalistas contra o monopólio dos grupos privados de produção do estanho culminou na criação de diversos movimentos sindicais dos trabalhadores e, entre eles o Partido de Esquerda Revolucionária (PIR), em 1940 e no Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), em 1941. Ambos tinham o apoio do Exército e da classe média boliviana. O interesse no estanho da Bolívia fazia com que os Estados Unidos tivessem preocupação especial com aquela área estes pressionam por acordos comerciais vantajosos para a compra de estanho por parte dos EUA e também da Inglaterra. Uma série de golpes então se sucederam, mas, a coligação MNR consegue manter-se no poder e estabelece uma série de medidas de ruptura com o passado. Dentre elas encontram-se: a nacionalização das minas e a eliminação do poder da oligarquia mineira, reforma agrária e o sufrágio universal. (BANDEIRA, 2006)

Entretanto, ocorre que as mudanças estruturais acabaram não surtindo o efeito desejado. A situação no campo era crítica e a produção agrícola não supria a demanda interna. A produção industrial estacionou e a desvalorização cambial ligada a inflação deflagram um processo de deterioração da economia boliviana. Frente a esta situação, o novo Governo Siles Suazo não encontrou outra alternativa senão negociar com os Estados Unidos e implementar, em 1956, um plano de estabilização negociado com o FMI – Fundo Monetário Internacional. (BANDEIRA, 2006)

Mesmo sem poder intervir de forma direta e aberta na dissolução dos governos latino-americanos adeptos do populismo nacionalista, era evidente a influência dos Estados Unidos na queda desses regimes.

## **2.7 Cuba: c Comunismo Bate à Porta da América Latina; os Estados Unidos e os Golpes Militares**

Contudo, estava por vir o maior e mais difícil obstáculo que os Estados Unidos enfrentariam para garantir sua hegemonia na América Latina. Fidel Castro, um líder

revolucionário que tinha como companheiro Che Guevara, assumiu o poder em Cuba após derrubar o aliado norte-americano Fulgêncio Batista, em 1959. (BANDEIRA, 2005, p. 249)

Imediatamente, Fidel foi considerado comunista pelo governo de Eisenhower. O líder cubano desejava implantar na ilha uma transformação social e não apenas modificar sua estrutura política. O governo norte-americano iniciou um plano para destituir aquela ameaça vermelha, através de bloqueios comerciais e até mesmo da tentativa de assassinar Fidel Castro, como fora feito na Guatemala com o Presidente Jacobo Arbenz, em 1954.

Coube então ao próximo presidente dos Estados Unidos, Jonh F. Kennedy eleito em 1960, dar continuidade aos planos de invasão militar à Cuba. Para tal, os Estados Unidos contaram com o apoio dos Governos da Guatemala e do Nicarágua para tentar amenizar, ou camuflar, a influência direta norte-americana. (BANDEIRA, 2007, p. 555)

Enquanto isso, Fidel utilizava das invasões para inflar cada vez mais o nacionalismo cubano e resistir à invasão. E o cubano conseguiu. A longa paz monroniana havia acabado (em referência ao período em que, amparado pela Doutrina Monroe, os Estados Unidos conseguiam manter sua hegemonia no continente em um cenário de relativa tranqüilidade e conformidade com seus interesses). Para alguns historiadores, após Fidel a América Latina nunca mais seria a mesma, convivendo intensamente com guerrilhas, movimentos esquerdistas e golpes militares. (BANDEIRA, 2005)

O Presidente Kennedy buscava empunhar uma nova bandeira nos Estados Unidos, um novo estilo de política externa em contraposição com o modelo conservador de Eisenhower. O jovem presidente inspirava-se em Franklin Roosevelt e sua política da boa vizinhança, que no caso de Kennedy receberia o nome de *New Frontier*, inspirada no New Deal. Essa nova política tinha como alvo principalmente a América Latina e seu objetivo era oferecer uma alternativa sociopolítica ao comunismo, cada vez mais ameaçador aos olhos norte-americanos.

Porém, a tentativa de golpe em Cuba era uma contradição. Na percepção dos países de Terceiro Mundo, àquela política democrática apresentada pelos Estados Unidos. Nesse cenário de grandes possibilidades de “contaminação” comunista da América Latina, o governo dos Estados Unidos lançou mão de um novo projeto. Mostrando uma visão diferente dos governos anteriores, Kennedy entendia que o perigo estava muito próximo. Não apenas próximo, mas consolidado.

Cuba era um regime com profundas mudanças sociais e econômicas, com grande mobilização social, e parecia forte o suficiente para não sucumbir tão facilmente como as

revoltas anteriores. Era necessário tratá-lo não apenas com pura repressão militar – o que, diga-se de passagem, já havia sido tentado pelos EUA – mas sim com um plano ideológico que pudesse defender o corpo político latino-americano daquela ameaça. (BANDEIRA, 2007)

A chamada *Aliança para o Progresso* propunha uma série de diretrizes para a política externa norte-americana com relação à América Latina, dentre elas pode-se destacar: a necessidade de realizar reformas estruturais para melhorar as condições de vida dos povos, reduzindo as desigualdades sociais pois, eram nessas últimas, que se baseavam os principais argumentos comunistas contra o modelo ocidental.

Mesmo com esta tentativa, o Pentágono continuava preocupado com a situação da ilha de Fidel. E não era apenas os Estados Unidos que se preocupavam. As forças da direita, tradicionais na América Latina, também temiam perder suas conquistas. O comunismo não estava mais tão longe, como no início da Guerra Fria, representado pela URSS. Pelo contrário, batia a porta de todos os países do continente americano. A tensão chegou ao auge no episódio dos mísseis russos instalados em Cuba, em 1962.

O episódio ficou conhecido como “Crise dos Mísseis”. Os mísseis eram capazes de atingir as principais cidades norte-americanas até a fronteira do Canadá. O equilíbrio de poder estava posto em jogo não apenas devido à ameaça nuclear, mas também a proximidade com a América Latina e o perigo da expansão da área de dominação soviética. (BANDEIRA, 2005)

Mesmo assim, alguns membros do *Executive Committee (Ex-Comm)*, do Conselho de Segurança Nacional, consideravam que, pelo contrário, a instalação dos mísseis em Cuba era uma forma de equilibrar o poder com os Estados Unidos que possuíam uma larga vantagem de mísseis intercontinentais. (BANDEIRA, 2005)

Enquanto isso, na América Latina, os EUA propuseram que os membros da OEA votassem a favor de uma quarentena a Cuba. Esperava apoio de Guatemala, Costa Rica, Nicarágua, Honduras, El Salvador, Panamá, República Dominicana, Peru e Colômbia e, imaginava que obteria votos contrários por parte de Brasil, Chile e México.

Então Presidente do Brasil, João Goulart, manifestou-se a favor da autodeterminação dos povos, propôs a retirada dos armamentos com a garantia de não invasão por parte dos EUA mas, por fim, recomendou ao Embaixador Brasileiro na OEA, Ilmar Penna Marinho, a aprovar o bloqueio. Nem Kennedy, nem Krushev, líder da União Soviética, tinham em mente deflagrar uma guerra nuclear e assim, os mísseis foram retirados. (BANDEIRA, 2005)

Porém, a semente comunista já estava plantada no continente. Os golpes militares que sucederam a Revolução Cubana na América Latina se deram muito mais devido a fatores externos, ou seja, ao cenário político internacional no contexto da Guerra-Fria, do que devido a fatores internos. Diversos movimentos esquerdistas inflamaram-se por toda a região e, as “injustiças sociais” oriundas do capitalismo teriam de acabar. Porém, cabe ressaltar que além da influência comunista havia na América Latina um crescente sentimento de nacionalismo. Este, entretanto, era encarado como sinônimo de comunismo e imediatamente entendido como uma ameaça. (BANDEIRA, 2005)

O caminho encontrado pela direita e pelos Estados Unidos, obviamente vendo que reformas sociais não surtiriam efeito, foi voltar-se a política de repressão, ou a chamada *Contra-Insurgência*. Talvez fosse necessário trocar os princípios da democracia pela segurança continental. Só seriam reconhecidos aqueles governos os quais não resultassem de revoluções esquerdistas. As polícias locais ganharam força e o principal objetivo era combater o “inimigo interno”.

Dessa forma, as Forças Militares foram, em vários casos, as responsáveis pelo levante contra seus respectivos governos, a fim de manter a ordem no continente e afastar a ameaça de novos “Fidéis” na região. Embora contraditório ao ideal norte-americano de democracia representativa, os regimes militares e as ditaduras de direita, neste momento, pareciam ser mais adequadas aos interesses de segurança nacional dos Estados Unidos, que segundo especulam alguns estudiosos, influenciavam esses movimentos tanto ideologicamente como através de financiamentos.

Apesar disso, havia por parte do Pentágono uma pressão para que esses regimes, na medida do possível, ostentassem um véu democrático-representativo que mantivesse a justificativa moral norte-americana.

Sob essa nova ótica, permite-se analisar a, por assim dizer, solidariedade, dos Estados Unidos com o Golpe Militar de 1964, no Brasil. A renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart (do PTB), ex ministro de Vargas, provocou certa instabilidade das relações Brasil – Estados Unidos. Mais uma vez, pode-se perceber o temor norte-americano no Relatório da CIA de julho de 63. De acordo com AYREBE (2002,p.141)

Goulart é essencialmente um oportunista cujas inclinações e associações são populistas e esquerdistas. Seu poder político depende grandemente do movimento trabalhista, e ele está sujeito a altas pressões de esquerdistas extremos e ultranacionalistas.(...) a profunda instabilidade política e econômica do país e as fortes posições que vem sendo conquistadas pelos comunistas, esquerdistas e ultranacionalistas tenderão a empurrar o país em direção a políticas mais radicais nas políticas internas e externas. Isso poderia levar finalmente ao estabelecimento de um regime esquerdista extremo com um caráter fortemente anti-EUA

Em 1º de abril de 1964, o golpe de estado levou ao poder Humberto Castello Branco e as relações Brasil – Estados Unidos melhoraram consideravelmente com o Brasil enviando, inclusive ajuda militar a ocupação na República Dominicana em 1965. Castello Branco assumia que era necessária uma interdependência econômica, política e militar entre os países para conter as subversões comunistas na região.

Porém, apesar da proposta de criação da “Força de Paz Interamericana” vir de total encontro aos interesses dos EUA, não é de todo certo pensar que o governo militar só serviu aos interesses norte-americanos. Basta-se lembrar que as bases para o “milagre econômico” foram lançadas naquele governo, com a ajuda econômica do Banco Mundial e dos Estados Unidos.

Já no governo Nixon assessorado por Henry Kissinger, foi Salvador Allende, vitorioso nas eleições chilenas de 1971, que iria contra aos interesses de segurança nacional dos Estados Unidos. Coube ao militar Augusto Pinochet o golpe que derrubou Allende em 1973. Mais uma vez, a política norte-americana não interveio diretamente no golpe mas sim indiretamente, influenciando ideologicamente os militares a direita do país contra as propagandas comunistas.

## **2.8 O Governo Carter e os Direitos Humanos**

O governo de Ernesto Geisel foi marcado como um período de autonomia nas relações entre Brasil e Estados Unidos, motivado principalmente pela chegada do Presidente Jimmy Carter a Washington, em 1976. A preocupação norte-americana era também motivada pela assinatura de um acordo de cooperação entre Brasil e a Alemanha em 1975. Além disso, em 1968, o Brasil havia se negado a assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear. De acordo com HIST (2006, p. 97),

O ativismo do presidente norte-americano na defesa dos direitos humanos e em prol da não – proliferação provou fortes desavenças entre esses países que duraram até 1978, quando as relações adquiriram um baixo perfil político, o qual persistiu até o final do governo Geisel.

Os regimes militares da América Latina, inclusive o Brasil, tornaram-se alvo das críticas de Carter, deteriorando, naquele momento, as relações bilaterais entre os dois países. Os americanos preocupavam-se com crimes políticos, abusos de poder, negação dos direitos de liberdade de expressão, culturais, sociais, políticos e econômicos. (HIST, 2006, p. 112)

Esse movimento de trazer o tema de Direitos Humanos para a agenda de discussão, iniciado no Governo Carter e posteriormente retomado por Bill Clinton, aumentou significativamente o número de ONGs no Brasil e, principalmente, aumentou a consciência do país em relação a importância do tema e da necessidade de implementação de políticas sociais mais responsáveis.

## **2.9 A Democratização do Brasil - Um Período de Ajustamento com os Novos Temas da Agenda Internacional**

A partir dos anos 90, o processo de democratização brasileiro foi responsável por uma maior inserção internacional do país, principalmente no âmbito regional. A busca por uma menor dependência internacional, principalmente em relação aos Estados Unidos, predominante no período anterior, dá lugar a uma gradativa abertura econômica e comercial bem como uma maior atenção a temas como direitos humanos, meio ambiente e outros. (HIST, 2006, p. 97)

O Brasil intensifica também as relações multilaterais, motivadas principalmente pelos interesses comerciais (OMC), e as regionais (movimento iniciado no período de 1985-1990, época do governo Sarney). Segundo ALMEIDA (2006, p. 23),

Os elementos significativos da postura internacional do Brasil na fase de redemocratização são caracterizados pelos processos de autonomia internacional e afirmação da vocação regional, com o início da integração sub-regional no Mercosul e de construção de um espaço econômico na América do Sul.



Especificamente a respeito das relações bilaterais Brasil – Estados Unidos, o período foi caracterizado por boas relações, apesar da existência de diversos contenciosos comerciais existentes na OMC devido a queixas de que os Estados Unidos praticavam o protecionismo fornecendo subsídios, principalmente agrícolas, aos seus produtores e dificultando a entrada de mercadorias brasileiras no país.

As reformas de abertura econômica e liberalização comercial, de investimentos estrangeiros e as privatizações foram as principais marcas do Governo Collor. Além disso, fundou as bases para a criação a Área de Livre Comércio Sul-Americana bem como o aprofundamento do Mercosul. A intenção era fazer da política externa brasileira uma ferramenta para alavancar a competitividade internacional do país. (ALMEIDA, 2006, p. 26)

Já à época do Governo de FHC, os Estados Unidos já colhiam os “frutos” do pós Guerra Fria, constituindo um sistema unipolar. O Brasil ainda buscava alcançar, através do plano real, a estabilidade econômica resgatando assim o prestígio e a credibilidade perante o cenário internacional. Apesar das continuas tensões comerciais entre os dois países, a relação entre Brasil e Estados Unidos permaneceram cordiais e amistosas. (HIST, 2006, p. 98)

## **2.10 Novos Temas na Agenda dos Estados Unidos para a América Latina**

A crise no capitalismo dos anos 70 gerou graves conseqüências econômicas e sociais para a América Latina como um todo. A década seguinte foi conhecida como a “década perdida”. Diversos países latinos se afundam na dívida externa. A política econômica do novo presidente norte-americano Ronald Regan eleva a taxa de juros e supervaloriza o dólar, aumentando por conseqüência o valor da dívida e causando estragos sócio-econômicos no continente como, por exemplo, o enorme desemprego na região.

Com o fim da Guerra-Fria em 1989, o foco da política externa norte-americana para com a América Latina passa a ser com os fatores que podem afetar a governabilidade dos Estados como a instabilidade econômica, política e social da região, questões como o narcotráfico, tráfico de pessoas, direitos humanos e assuntos ambientais.

Dentre estes temas, um deles ganha destaque na agenda dos Estados Unidos para a América Latina, o narcotráfico. O assunto deixa de ser um problema interno dos países e

passa a ser tratado como uma questão de segurança nacional. Relatórios da Comissão Nacional de Informação sobre Consumidores de Narcóticos (NNICC) apontam para dados que praticamente toda a produção de drogas na América Latina tem como destino final os Estados Unidos e que ao final da década de 80, o mercado do narcotráfico rendia aos países produtores da América Latina mais divisas que a exportação de seus produtos tradicionais. (AYREBE, 2002, p. 214)

A política externa dos Estados Unidos se volta claramente à continuidade da promoção das reformas liberalizantes e integracionistas na região, vide as fracassadas tentativas de estabelecimento da ALCA – Área de Livre Comércio das Américas.

Por sua vez, a América Latina e, principalmente, a América do Sul busca alternativas próprias para o seu desenvolvimento tentando encontrar o meio termo entre o nacionalismo positivo e o nacionalismo negativo.

A região deve buscar ampliar e fortalecer as iniciativas de integração regional como o Mercosul mas, ao mesmo tempo, diversificar suas relações bilaterais e multilaterais fugindo de qualquer espécie de isolacionismo. Comportamento este que, em tempos de interdependência econômica e globalização, se mostra visivelmente desvantajoso para os países.

## **2.11 Conclusão do capítulo**

Mesmo antes do advento da Doutrina Monroe, da qual decorre célebre frase “América para os Americanos”, os Estados Unidos, sempre munidos moralmente pelo Destino Manifesto, buscaram resguardar a América Latina como uma zona de influência importante para as pretensões expansionistas do país (fossem elas ideológicas, políticas ou comerciais). Tanto o Brasil como outros países da região, miravam-se no exemplo norte-americano das 13 colônias para buscar sua independência das amarras impostas pelos países do velho continente.

O enfraquecimento das potências européias no pós Primeira Guerra Mundial abriu caminho para a ascensão dos Estados Unidos como grande potência. Durante a Guerra, o Brasil atuou conjuntamente com os norte-americanos assumindo até um papel de líder na região.

A Segunda Guerra trouxe a preocupação dos Estados Unidos em salvaguardar o continente da influência dos países do Eixo. Neste período, o então Presidente Vargas implementava sua famosa “política de barganha” entre os dois lados do conflito, buscando enfatizar os interesses nacionais.

O partir do Governo de JK, o Brasil iniciou um modelo de diplomacia desenvolvimentista. A política externa passa a ser instrumento importante no desenvolvimento, principalmente industrial, do país. Também data deste período as primeiras tentativas de fortalecimento das relações regionais da América Latina como, por exemplo, a criação da Operação Pan-Americana.

Durante a Guerra-Fria, a ameaça comunista rondava a América Latina e encontrou na Cuba de Fidel Castro, um aliado geograficamente perigoso para os Estados Unidos. No mesmo período, implodiram no continente uma série de movimentos nacionalistas que representavam uma ameaça à hegemonia norte-americana na região.

Já ao fim dos anos 70, os Estados Unidos do Governo Carter agregaram novos temas à agenda do país para América Latina como Direitos Humanos e Meio-Ambiente. A preocupação dos Estados Unidos na região passou a ser a consolidação de democracias e de sistemas políticos estáveis.

Por sua vez, a partir da década de 90, o Brasil consolidou seu processo de democratização. O fortalecimento das relações regionais e a abertura econômica e comercial do país foram aspectos importantes deste processo. Contudo, foi apenas com a estabilidade econômica oriunda do Plano Real que o Brasil recuperou sua credibilidade internacional pôde estabelecer as bases para ter um posicionamento mais afirmativo tanto em âmbito regional quanto global.

### **3 A POSIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS FRENTE ÀS NOVAS ALTERNATIVAS DE LIDERANÇA NA REGIÃO: O CASO DA VENEZUELA DE CHÁVEZ**

#### **3.1 O Isolacionismo da Venezuela e as Pretensões Bolivarianas – Um Breve Histórico**

Desde a década de 60, a Venezuela já apresentava um comportamento diferente dos demais países da América do Sul, principalmente em relação àqueles ao Sul da América do Sul. Este país rejeitava qualquer forma de integração regional e os principais objetivos de sua política externa eram o de manter sua quota de petróleo nos Estados Unidos, bem como proteger as suas indústrias locais com o objetivo de desenvolver sua economia interna.

Essa política isolacionista era protegida pela “*Doutrina Betancourt*” que previa sanções às nações que atentassem tanto contra a legitimidade e como contra a legalidade de suas instituições. A Venezuela, contraditoriamente, fez uso dessas sanções tanto contra regimes de extrema direita, como o Brasil e a Argentina à época das ditaduras, como contra o governo esquerdista de Fidel em Cuba. (AMADO CERVO, 2001, p. 230)

As reservas de Petróleo consistiam na maior prioridade da política externa do país. A exportação do combustível representava cerca de 90% de todas as exportações do país e a garantia da manutenção do mercado consumidor norte americano era essencial para as pretensões do país.

Para isso, era necessária a preservação das boas relações com os EUA e, para tal, também fazia parte da política externa da Venezuela impedir o crescimento de regimes esquerdistas contrários aos interesses dos Estados Unidos, principalmente na região do Caribe e, para tal, usavam a OEA como instrumento para aprovar sanções a estes países. A Venezuela também era ausente dos acordos do GATT e da Alalc – Associação Latino-Americana de Livre Comércio, datada de 1960 - pois temia que a liberalização colocasse em risco o desenvolvimento da indústria local do país, contudo, aliou-se a OPEP para garantir os preços de seu petróleo.

O protecionismo à indústria venezuelana impedia o comércio com os demais países sul-americanos. No caso do Brasil, que importava quase 50% de petróleo da Venezuela, o comércio bilateral era extremamente desfavorável, pois os venezuelanos importavam

apenas uma pequena quantidade de produtos químicos e farmacêuticos, protegendo o restante de sua indústria dos produtos manufaturados brasileiros.

A proteção da Venezuela não se limitava a sua indústria, mas também ao seu modelo político de governo. O país tinha um forte viés democrático e o Governo de Bettancourt aparecia como um meio termo sensato à época perante as ditaduras militares de direita e dos revolucionários esquerdistas da região. (AMADO CERVO, 2001, p. 233)

Ao deixar o governo no início de 1964, Romulo Betancourt advertiu as nações dos continentes de que haveriam de escolher entre o modelo cubano e o venezuelano, caso a OEA não aplicasse sanções contra o regime de Fidel, que acusava de atentar contra as instituições democráticas do país. (...)

O arauto da democracia no continente isolava-se cada vez mais em razão de decisões de política exterior derivadas de princípios democráticos. Isolava-se dos regimes de direita, oriundos de golpes militares, porque os fustigava; e dos regimes democráticos que ainda subsistiam, porque estes eram muito simpáticos à causa cubana e defensores dos princípios de autodeterminação e não intervenção.

Já em 1967, foi dado um importante passo rumo ao fim do isolacionismo venezuelano em relação à América do Sul. A entrada da Venezuela na Alalc, em 1970, foi o primeiro passo em direção à integração regional do país. O novo presidente, Rafael Caldeira, abandonou a Doutrina Betancourt e caminhou em direção a um discurso latino-americanista, abandonando o pensamento de que integração e concessões tarifárias eram instrumentos de países terceiro-mundistas. O objetivo era garantir um mercado latino-americano para o petróleo venezuelano e não depender apenas do mercado norte-americano.

Na década de 70, a alta nos preços do petróleo impulsionaram as pretensões da Venezuela em relação ao continente. O objetivo era se estabelecer como uma liderança regional. O sucessor de Caldera, Andrés Pérez, via o Brasil como um possível obstáculo em relação aos planos da Venezuela e, por esse motivo, aderiu ao Pacto Andino. A integração agora era vista como um instrumento essencial na política externa venezuelana para contrabalancear o poder brasileiro.

Segundo a imprensa venezuelana, a adesão da Venezuela ao Pacto Andino teve como intenção isolar o Brasil no Continente. A idéia bolivariana de conquista do continente tinha respaldo da imprensa e dos intelectuais daquele país. (AMADO CERVO, 2001, p.249)

A relação entre os dois países, Brasil e Venezuela, só começou a melhorar em 1979, quando o Brasil assinou acordos de participação em empreendimentos venezuelanos nas áreas de construção civil, exploração mineral, siderurgia e energia elétrica.

As relações bilaterais Brasil - Venezuela ganharam mais força quando, em 1981, foi firmado entre os dois países, mais o México, um protocolo de intenção para a criação de uma transnacional de Petróleo do Terceiro Mundo. A aproximação dos países revela uma mudança substancial em sua política externa em relação aos Estados Unidos.

O objetivo agora era unir forças para equilibrar o domínio norte-americano. A política exterior do novo presidente, Herrera Campins, demonstra esse novo interesse venezuelano. Segundo CERVO (2001, p.266),

Tributária desses condicionamentos, a política exterior venezuelana de, ao termo do mandato de Herrera, voltou-se para os seguintes objetivos: solução para a reivindicação territorial sobre o Essequibo; envolvimento político em favor da Argentina durante o conflito das Malvinas; relativo distanciamento de Washington que enquadrava no conflito leste-oeste as crises centro-americanas; e, enfim, estreitamento do relacionamento com o Brasil.

Dataava então dessa época, os primeiros indícios de que a Venezuela iria buscar uma postura mais autônoma e afirmativa na região. Indícios esses que seriam reforçados após a intensa crise econômica e social que se abateu não apenas no país, mas em toda América Latina, chegando a ser chamada de “década perdida”. (BANDEIRA, 2002)

### **3.2 A Crise, as Políticas Neoliberais do Consenso de Washington e a Ascensão de Hugo Chávez ao Poder**

A crise da dívida que se abateu sobre toda a América Latina na década 80 não afetava somente região, mas também aos Estados Unidos que, devido à incapacidade dos países de conter o processo inflacionário e estabilizar suas economias, perdiam gradativamente mercado para suas exportações.

Decorrente dessa preocupação norte-americana surge o Consenso de Washington, que nada mais foi que um plano contendo uma série de medidas de ajustamento, sugeridas pelo Governo dos Estados Unidos (em consenso com economistas e instituições

financeiras, que os países latino-americanos deveriam tomar para superar a crise. De acordo com BANDEIRA (2002, p. 135):

As propostas, visando à estabilização monetária e ao pleno restabelecimento das leis de mercado, consistiam em: 1- disciplina fiscal; 2- mudanças das prioridades no gasto público; 3- reforma tributária; 4 – taxas de juros positivas; 5- taxas de câmbio de acordo com as leis de mercado; 6- liberalização do comércio; 7- fim das restrições aos investimentos estrangeiros; 8- privatização das empresas estatais; 9- desregulamentação das atividades econômicas; 10- garantias dos direitos de propriedade.

A adoção dessas propostas era fator condicionante para os países da América Latina conseguissem renegociar suas dívidas externas bem como para obter quaisquer financiamentos das agências internacionais.

À época, a Venezuela, então governada pelo presidente Carlos Andrés Pérez, via seu modelo de desenvolvimento ruir com a crise econômica, crise esta agravada ainda pela queda dos preços do petróleo.

Ao final da década de 80, uma grave crise social se instalou no país. A população se revoltou contra as medidas de ajustamento econômico tomadas pelo governo, governo este que era acusado de corrupção e de concentração de renda nas mãos das elites burocráticas. (LIMA, 2007, p. 334)

Nesse contexto de insatisfação popular, o povo venezuelano sai às ruas para protestar e é reprimido militarmente pelo governo. Um destes eventos, conhecido como *Caracazo*, ganhou grandes proporções devido ao grau de violência, deixando centenas de feridos. É neste cenário descrito, de grande insatisfação popular e violentas manifestações, que surge pela primeira vez o tenente-coronel Hugo Chávez que, em três de fevereiro de 1992, liderou no país uma tentativa de golpe de Estado. (BANDEIRA, 2002, p. 142)

Apesar de não ter obtido sucesso no golpe de 1992, Chávez foi ganhando força e legitimidade política no país. Após sair da prisão e ser demitido do exército, fundou o Movimento Bolivariano Quinta República (MBVR) ou, simplesmente, *Movimiento V República*, que concorreu às eleições de 1998 e a venceu, legitimamente.

Como presidente eleito, a primeira medida tomada pelo ex tenente-coronel Chávez foi convocar, mediante decreto, eleições para uma nova Assembléia Constituinte cujo objetivo era a aprovação de uma nova Constituição, fato que ocorreu no ano de 1999. Em campanha, Chávez havia prometido combater a corrupção e retirar o controle do país das mãos das classes dominantes. Para tal, seriam necessárias profundas reformas políticas e econômicas na Venezuela. De acordo com LIMA (2007, p. 344):

Em 2000, foram convocadas novas eleições para todos os cargos de representação. Uma vez constituído o novo esqueleto institucional da nova república, agora chamada bolivariana, estavam dadas as condições necessárias para a concretização das reformas políticas, econômicas e sociais.

Todavia, a condição da economia venezuelana continuava em estado crítico. A moeda – o bolívar – encontrava-se sobrevalorizada e o câmbio teve de ser liberado para tentar minimizar as perdas de reservas internacionais. Além disso, o governo teve que reduzir drasticamente os gastos com o pagamento da dívida pública, causando uma desvalorização monetária quase imediata de 19% em relação ao dólar. Essa situação fez com que Chávez sofresse, ele também, em 2002, tentativas de golpe de sua oposição, em sua maioria formada por militares e empresários. (BANDEIRA, 2002, p. 143)

De 11 para 12 de abril, após esses acontecimentos, os generais José Vicente Rangel, Ministro da Defesa, Manuel Rosendo, chefe da segurança do Palácio Miraflores, e Lucas Rincón Romero, chefe do Estado Maior do Exército da Venezuela, prenderam Chávez e anunciaram que ele renunciara à presidência da República. Pedro

Carmona Estanca, presidente da Fedecámaras, entidade empresarial assumiu o governo da Venezuela, mas o golpe de Estado, (...) fracassou (...).

O cenário político na Venezuela era então, polarizado. Algumas medidas tomadas por Hugo Chávez e aprovadas na nova Constituição de 1999 desagradavam uma parcela da população. Dentre essas medidas pode-se citar como exemplo a expropriação de terras improdutivas. De fato, a principal oposição do presidente eram as elites formadas pelos grandes latifundiários, banqueiros e empresários do setor petrolífero, tendo, estes últimos, sido afetados com a decisão do governo de aumentar a participação estatal nos ganhos do setor. (LIMA, 2007, p. 346)

A governabilidade era difícil no país. Opositores e aliados de Chávez frequentemente se enfrentavam nas ruas de Caracas. Em meio a sucessivos confrontos entre as partes, greves foram organizadas pela oposição e tiveram o apoio do setor petrolífero e de produtores, colocando em risco a distribuição de produtos básicos, fator esse que agravou ainda mais a tensão social e econômica existente no país.

Vale ressaltar que o conflito entre aliados e opositores do presidente também ocorreu na mídia. A mídia privada era acusada pelos aliados de Chávez a ser parcial e atuar de acordo com os interesses da oposição, sendo alvo também das violentas manifestações políticas que ocorriam no país.



Já em 2004, após diversas tentativas, a oposição conseguiu, legitimamente, aprovar a proposta de um referendo popular que decidiria sobre a revogação ou não do mandato de Hugo Chávez, fato até então inédito na América Latina. Mais uma vez, os aliados do presidente mostraram sua força. Quase 60% dos eleitores votaram pela não revogação do mandato de Chávez e, apesar de denúncias de fraude por parte da oposição, o referendo foi reconhecido como legítimo pela OEA e abriu precedentes para a estabilização política no país. “Independentemente do resultado, o referendo revogatório representava, por si próprio, um grande potencial estabilizador e fixava um precedente a ser considerado, futuramente, pelos outros regimes democráticos da região.” (LIMA, 2007, p.351).

Com a vitória da situação no referendo, a oposição perdeu força e o partido de Chávez aumentou significativamente sua representação na Assembléia, garantido a governabilidade necessária para a implantação das reformas institucionais e político-sociais pretendidas pelo presidente venezuelano, a chamada “revolução bolivariana”.

Como aqui já foi dito, grande parte dessas medidas eram tidas como polêmicas e desagradavam setores poderosos da política e da economia venezuelana. Ao contrário do que se propunha nas políticas neoliberais, o Estado passou a concentrar poder em suas mãos e controlar setores vitais da economia, como o setor petrolífero, como fundo para garantir a reforma agrária e social. (LIMA, 2007, p. 353)

A Constituição legitimava todos esses atos e o fundo oriundo da exploração do petróleo bancou reformas de extremo impacto nas populações de baixa renda e classe média, o que ajuda a entender a tamanha aprovação do Governo no país.

Por outro lado, a oposição também crescia. As partes que perderam suas terras na reforma agrária acusavam o governo de práticas totalitárias. Além disso, organizações defensoras de direitos humanos acusavam o governo de cercear a liberdade de imprensa e condenavam a alteração no código penal que previa que qualquer fala ou escrito difamatório a respeito do presidente seria punida com prisão.

Estava assim configurado o cenário político da Venezuela de Chávez. Apoiado fortemente pelas camadas mais populares e, ao mesmo tempo, alvo de acusações de práticas totalitárias. O fato é que, estava então estabelecido na América Latina um novo referencial político de governo, o chavismo.

### 3.3 O Regionalismo Venezuelano e as Conturbadas Relações com os Estados Unidos

A opção pelo regionalismo vem aparecendo como uma nova tendência para a maioria dos países latino-americanos. Passada a crise da década de 80, os países da região têm buscado uma maior autonomia econômica em relação àquele que sempre foi o maior parceiro comercial da região, os Estados Unidos.

A cooperação entre países vizinhos tem se mostrado assim um importante instrumento de desenvolvimento político e econômico no continente. Obviamente, a América Latina ainda encontra diversas dificuldades no que diz respeito à integração regional quando comparada a blocos que abrangem os países desenvolvidos, como por exemplo, a experiência bem sucedida da União Européia. Contudo, o fato é que a América Latina, liderada principalmente por Brasil e Argentina, já traça os primeiros passos para viabilizar a integração da região.

A Venezuela, por sua vez, também tem buscado estreitar seus laços com os países vizinhos. A política externa venezuelana é voltada, principalmente, para a integração regional. Prova disso, o país foi recentemente aprovado no Congresso brasileiro como membro pleno do Mercosul, unindo-se à Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai. (LIMA, 2007, p. 361)

Uma vez conquistadas as condições político-sociais para a governabilidade doméstica, a longa fase de introversão que caracterizou a política externa venezuelana nos primeiros quatro anos do Governo Chávez teve fim. Com isso, a integração latino-americana sobressaiu como o pilar fundamental que orienta a ação do presidente venezuelano na esfera internacional.

Os acordos comerciais bilaterais e trilaterais (principalmente com Brasil e Argentina) nas áreas de infra-estrutura energética representam, nesse sentido, o principal instrumento para a integração venezuelana na região. (LIMA, 2007, p. 363)

Além disso, a “alternativa bolivariana” de Chávez já encontra adeptos na região. Os presidentes atuais Evo Morales e Rafael Correa, da Bolívia e do Equador respectivamente, são claramente adeptos aos ideais promulgados pelo presidente venezuelano.

Todavia, a Venezuela também tinha sérios desafetos regionais, como a Colômbia, país aliado aos interesses dos Estados Unidos. Por um lado, a Colômbia acusava o Governo de Chávez a ter relação com a milícia das FARC- Forças Armadas

Revolucionárias da Colômbia. Em contrapartida, a Venezuela teme pelo acordo de cooperação militar firmado pela Colômbia e os Estados Unidos, para combater a guerrilha das FARC, que teve suas bases já em 1998, com o chamado “Plano Colômbia”. (LIMA, 2007, p. 362)

A tensão entre os três países – Venezuela, Colômbia e Estados Unidos – agravou-se ainda mais quando a Venezuela firmou com a Rússia um acordo para compra de armamentos militares em resposta ao acordo militar firmado entre a Colômbia e os EUA.

Especificamente agora a respeito da relação entre os Estados Unidos e a Venezuela, cabe ressaltar que o conflito entre os mesmos se dá na arena da ideologia. Pelo lado dos Estados Unidos há o temor que o modelo do chavismo se espalhe pela América Latina e, conseqüentemente, coloque em risco a hegemonia norte-americana na região.

O governo de Bush não poupou críticas ao país latino-americano. Em Washington, o governo Chávez é considerado totalitário e uma ameaça a estabilidade política da região. Além disso, os norte-americanos repudiam o apoio de Chávez a países como o Irã, principal “inimigo” dos EUA pós acontecimentos de 11 de setembro. (LIMA, 2007, 365)

Por sua vez, Chávez considera a política norte-americana imperialista, o que, segundo ele, representa um perigo para a soberania nacional dos Estados e vai de encontro aos ideais “libertadores” bolivarianos.

### **3.4 Conclusão do capítulo**

O fato é que, principalmente após os atentados terroristas de 2001, os Estados Unidos não possuem, em sua política externa, um direcionamento exclusivo voltado para a América Latina.

Antes visto quase como uma extensão de seu território, à época da Doutrina Monroe, hoje o continente já não se configura mais como um “quintal norte-americano”. Enquanto isso, os países da região vêm, gradativamente, voltando suas políticas externas para a integração regional e buscando diversificar seus parceiros comerciais como forma de diminuir a dependência econômica que possuem em relação aos Estados Unidos.

Além disso, surgem novas alternativas à hegemonia dos Estados Unidos na região. Uma delas surge a partir da eleição do ex - tenente coronel Hugo Chávez como presidente da Venezuela. Chávez propõe um modelo político voltado para as massas de baixa renda,

baseado principalmente no forte controle estatal sobre os lucros do petróleo e na distribuição dos lucros dos mesmos.

O presidente ainda é contrário às políticas neo-liberais e de mercado. Seu modelo, baseado nos ideais de Simon Bolívar, propõe a emancipação dos países do poder “imperialista” norte-americano.

O presidente venezuelano conta com grande maciço apoio popular, principalmente das classes de baixa renda. Chávez aumentou o controle estatal sobre a indústria petrolífera repassando os lucros dos combustíveis para promover a reforma agrária no país.

Por outro lado, seu governo também conta com forte rejeição por parte de setores da sociedade venezuelana como os empresários petrolíferos, proprietários de terra bem como de parte da mídia. Todos estes cujos interesses foram diretamente afetados por polêmicas leis aprovadas na Constituição de 1999.

Os Estados Unidos, por sua vez, temem que o chavismo se espalhe pela América Latina. Além dos claros interesses comerciais que seriam afetados na região, a aproximação de Chávez com países como a Rússia e o Irã representam, na visão dos norte-americanos, uma ameaça à segurança e à estabilidade da região.

Apesar dos recentes acordos militares feito pela Venezuela com a Rússia, bem como pelos Estados Unidos com Colômbia terem agravado a tensão entre os países, é pouco provável ou nada provável que haja um conflito militar na região. O maior embate não será armado e sim, ideológico.

Claramente com menos influência política na região, os Estados Unidos já se convencem que os tempos da Doutrina Monroe já se foram, porém, também não pretendem deixar que o modelo de Chávez, já seguido por pelo menos dois outros países da região, Bolívia e Equador, seja hegemônico na região. Com esse cenário, a liderança brasileira pode surgir com bons olhos perante a Washington, caso esse que será analisado no capítulo a seguir.

## **4 A POSIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS FRENTE ÀS NOVAS ALTERNATIVAS DE LIDERANÇA NA REGIÃO: O CASO DO BRASIL DE LULA**

### **4.1 Um Breve Histórico da Política Externa Brasileira dos Anos 90 – O Governo FHC**

Antes de apresentar, em linhas gerais, a atual política externa brasileira do governo Lula, cabe voltar brevemente na mudança paradigmática que ocorreu na década de 90, especialmente durante o período do governo FHC.

Como já foi mencionado nos capítulos anteriores, o início dos anos 90 foi marcado no país, e em toda a América Latina, por uma maior adesão às políticas neoliberais em detrimento ao modelo desenvolvimentista adotado nas décadas anteriores. O modelo neoliberal representava quase que um consenso em tempos de globalização e a transição entre os dois modelos, do desenvolvimentista para este, era aparentemente inevitável para que a América Latina superasse os efeitos da crise econômica dos anos 80. De acordo com CERVO (2000, p. 5):

Com o término da Guerra Fria e o fim da bipolaridade, estabeleceu-se um consenso, em esfera planetária, que a literatura definiu ora em termos de globalização, ora de nova interdependência, ora de neoliberalismo. O mundo parecia uniformizar-se nos aspectos tanto ideológico, quanto político, econômico e estratégico.

Segundo os autores Eduardo Viola e Héctor Ricardo Leis, a política externa brasileira dos anos 90 era, basicamente, utilizada como instrumento para inserir definitivamente no *hall* dos países no campo democráticos ocidentais. Para tal, praticava-se a gradativa abertura comercial, estimulando a vinda de investimentos estrangeiros bem como o fortalecimento das instituições democráticas e o respeito aos direitos humanos e ambientais. (VIOLA e LEIS, 2007, p. 98)

Dentre os principais atos da chancelaria do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que inclusive também foi chanceler no governo de Itamar Franco, pode-se destacar a assinatura do Tratado de Não-Proliferação Nuclear em 1997 e uma posição mais afirmativa do país nas negociações do Protocolo de Kyoto, durante os anos de 1997 a 2000.

A respeito do primeiro assunto, durante muitos anos o Brasil recusou-se a assinar o tratado, sendo, juntamente com Coréia do Norte, Iraque e Líbia (países que se encontram atualmente na lista dos “inimigos” dos Estados Unidos), um dos quatro últimos países a fazer parte do referido tratado. Demorou muito para que alguns setores da política local se conscientizassem que, a despeito das pretensões das décadas passadas, não era investindo pesado em arsenais militares que o Brasil ocuparia o posto de grande potência internacional. (VIOLA e LEIS, 2007)

Por outro lado, o caminho para uma maior inserção internacional brasileira estava, intimamente, vinculado à participação brasileira em questões de governança global como àquelas que envolvem meio-ambiente e mudanças climáticas. Propostas brasileiras na Conferência de Estocolmo foram bem aceitas perante os demais países e a atuação brasileira na agenda ambiental foi passo importante para elevar o prestígio do país no cenário internacional.

Desta forma, a política externa do governo FHC pode ser descrita como um instrumento de estabilização econômica, que funcionava através da abertura de mercados e atração de investimentos estrangeiros. O respeito às normas internacionais de respeito aos direitos humanos e de proteção ao meio ambiente também foram aspectos relevantes da política externa brasileira durante o período.

#### **4.2 A Política Externa do Governo Lula – O Modelo de Regionalismo**

Tendo início em 2003, a política externa do governo Lula, em seu primeiro mandato, foi marcada, segundo o autor Amado Cervo, por uma retomada da função do Estado como agente indutor do desenvolvimento nacional. Segundo FARIAS (2007, p. 25):

Para Lula, o Estado continua responsável pela estabilidade econômica, porém não existe mais a fé na capacidade do mercado em prover por si as necessidades do desenvolvimento. O Estado vai recobrar, assim, sua função indutora: “A ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional”, estabeleceu Lula em seu discurso de posse.

Outro ponto tocante à política externa de Lula é o forte viés integracionista, principalmente no que diz respeito às integrações regionais na América Latina. Apesar de a integração regional já aparecer com papel relevante governo anterior, com o petista esta se dá mais profundamente, abrangendo não apenas aspectos físicos, mas também culturais e sociais. (LIMA, 2009)

Já outra corrente de estudiosos considera que o primeiro mandato do governo Lula foi marcado por uma série de esforços desencontrados, dentre eles destaca-se, principalmente, a constante tentativa brasileira de conseguir um assento permanente em uma possível reforma no Conselho de Segurança da ONU. “Toda essa política foi empreendida sem análise realista de quais seriam as possibilidades de reforma do Conselho de Segurança. E elas eram baixas, em função das fortes oposições cruzadas a novos membros; (...)”. (VIOLA, LEIS, 2007, p. 111)

Contudo, há de se dizer que apesar das críticas, a política externa de Lula, bem como o restante do governo, gozou mais de aprovação do que rejeição. Segundo a autora Maria Regina Soares de Lima, por exemplo, o modelo de integração regional proposto por Lula atende melhor à complexidade das relações regionais e favorece o desenvolvimento das mesmas. (LIMA, 2009)

Especificamente agora a respeito das diretrizes da política externa, Amado Cervo a dividiu em grandes esferas, dentre elas pode-se citar: a esfera multilateral, a diminuição da vulnerabilidade externa e o foco na América do Sul.

No multilateralismo, apesar dos já mencionados “fracassados esforços” relativos a entrada no Conselho de Segurança, o Brasil teve atuação afirmativa em outras esferas. Dentre elas destacam-se a criação do G-20 bem como a constante luta brasileira na OMC pelo fim dos subsídios agrícolas por parte dos países desenvolvidos.

Em segundo lugar, a promoção do comércio exterior brasileiro, promovido pela chamada “diplomacia presidencial” foi fator determinante para promover a diminuição da dependência econômica, tecnológica e empresarial do Estado brasileiro. Em adição a outros fatores, o comércio exterior, apoiado por toda uma estrutura logística, ajudou o país obter superávits na balança de pagamentos e estabilizar o país economicamente.

Por fim, o autor destaca a prioridade brasileira pelo regionalismo e a chamada “cooperação sul-sul”. A América do Sul, através das iniciativas como a do Mercosul, tem se mostrado como ponto positivo da diplomacia brasileira já que, para aceitar a ALCA, o país teria de abrir mão de sua vocação industrial, pois os Estados Unidos não estavam dispostos a abrir seus mercados em setores sensíveis da economia norte-americana. Por

outro lado, o Brasil diversificava seus parceiros comerciais, estabelecendo relações positivas com a África do Sul e a Índia por exemplo. (FARIAS, 2007, p. 32)

Uma frente de países emergentes se configurava, na liderança brasileira, como versão atualizada e realista, em nada ideológica, do velho terceiro-mundismo. A unidade da América do Sul avançou em 2005, quando os governos da Argentina, do Brasil e da Venezuela negociaram, enfim, uma aliança estratégica que ia além do simples comércio e se voltava aos setores produtivos e de infraestrutura física.

De fato, o ativismo regional foi pilar central no mandato de Celso Amorim como Ministro das Relações Internacionais do Governo Lula. Além de buscar o fortalecimento institucional do Mercosul (principalmente em parcerias com a Argentina), o Brasil contribuiu para a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), em 2004, cujo objetivo é criar um espaço sul-americano que possa integrar a região não apenas de forma política como também nas áreas econômicas, sociais e de infra-estrutura. (ALMEIDA, 2005)

Outro ponto tocante à política externa do atual presidente é a equiparação de objetivos da política doméstica com a própria política externa. O combate a fome e o desenvolvimento social, agora também se tornam objetivos fora do território brasileiro. Nesse sentido, o Brasil une-se a países em desenvolvimento, estrategicamente, e assume um papel de liderança na negociação desses países com àqueles já desenvolvidos. “Como ressaltado ainda no texto, o traço de união entre esses dois mundos seria dado pela iniciativa de combate à fome no mundo, da mesma forma como empreendido no contexto nacional, no quadro do “Fome Zero”. (ALMDEIDA, 2005, p.100).

Em suma, a política externa do governo Lula, muitas vezes chamada de “diplomacia presidencial” e caracterizada de “altiva e ativa”, foi fortemente baseada na figura carismática do presidente e na busca pelo desenvolvimento econômico e social do país através de parcerias estratégicas com a América do Sul e com a cooperação Sul-Sul. Dessa forma, fortaleceu as pretensões, até certo ponto realistas, do país de se consolidar de fato como uma liderança regional emergente. Assunto esse tratado na próxima seção do capítulo.

### **4.3 A Emergência do Brasil como Liderança Regional**



Apesar de ter, como todos outros países, uma enorme preocupação com sua segurança e, por esse motivo, sentir necessidade de investir em recursos militares, não é através do uso da força que o Brasil conquistará seu status de líder regional ou de grande potência global. O caminho brasileiro encontra-se no chamado “*Soft Power*”, ou seja, em outras capacidades relativas como, por exemplo, o território, recursos energéticos entre outros. (LIMA, HIRST, 2006)

Its location in a relatively peaceful regional environment, the early settlement of its territorial demands and border disputes, and its consequent position as a status quo power within the region also help to account for its aspiration to what one might call a middle ground international role.

Nesse sentido, serão estudadas especificamente nessa seção as ações brasileiras na região que configuram, ou podem configurar, o país como uma liderança regional.

Liderança essa que, há de ser consensual, levando em consideração que o respeito à soberania internacional e a não-intervenção são pilares clássicos da política externa brasileira.

O primeiro e, talvez mais complexo, caso a ser estudado é a atuação do Brasil no combate às guerrilhas na Colômbia. A situação tornou-se instável na região com a ameaça norte-americana de intervenção militar e, por outro lado, com a tensa relação da Colômbia com a Venezuela. Estes fatores somados tornam o assunto sensível e preocupante aos olhos brasileiros.

Atualmente, é consenso que o tráfico de drogas deve ser tratado como problema transnacional. No caso da Colômbia, país fronteiro com o Brasil, o narcotráfico daquele país interfere diretamente na segurança nacional de duas maneiras, segundo o autor Thomaz Guedes da Costa. (ALMEIDA, 2006, p.234)

A primeira é, de fato, com a entrada da droga no país. As drogas atravessam a fronteira e são comercializadas ilegalmente no país por traficantes, geralmente situados nas grandes favelas, que, violentamente assumem o controle dos territórios deixando a população local refém de seus domínios. Ocorre uma inversão da ordem e, com isso, o Estado perde sua soberania nacional. A questão do tráfico de drogas é, assim, um problema de segurança nacional no Brasil e um dos primeiros passos para o combate é a guarda das fronteiras nacionais.

Dessa forma, a segunda maneira pela qual a guerra civil colombiana afeta os interesses nacionais é justamente a presença de guerrilheiros das FARC – Forças Armadas

Revolucionárias Colombianas – na fronteira daquele país com o Brasil. De acordo com ALMEIDA (2006, p. 234):

No tocante as FARC, Brasília teve de desdobrar uma estratégia que impactaria a guerrilha, ao estabelecer incentivos de dissuasão ou punição para que os guerrilheiros não atravessassem a fronteira ou estabelecessem apoios logísticos ou políticos no lado brasileiro.

O outro principal destino das drogas vindas da Colômbia, os Estados Unidos, ainda no Governo Clinton, financiaram o lançamento do Plano Colômbia, em 1998. Segundo o então presidente colombiano Andrés Brestano, o plano seria uma estratégia governamental para a consolidação da paz, da prosperidade e do fortalecimento institucional do país.

O plano previa ainda um espaço desmilitarizado para negociações, inclusive com as guerrilhas, a fim de substituir a produção de cocaína por outras alternativas lícitas e economicamente viáveis para os camponeses da região, gerando empregos legais e promovendo assim uma melhora nas condições de vida da população, fortalecendo assim a democracia em detrimento às revoluções sociais armadas que as guerrilhas pretendiam implantar.

Contudo, na prática, o financiamento dos Estados Unidos deu um viés militar ao plano. Os EUA exigiram que o foco principal do plano fosse voltado para a dura repressão ao narcotráfico.

O Brasil temia que essa política norte-americana para a Colômbia interferisse diretamente no restante da América do Sul. Afirmou na 1ª Reunião de Cúpula dos Presidentes da América do Sul seu objetivo de “reafirmação da identidade própria da América do Sul como região” e que sua vocação “é a de ter um espaço econômico integrado, um mercado ampliado pela redução ou eliminação das dificuldades e obstáculos ao comércio, e pelo aperfeiçoamento das conexões físicas em transportes e comunicações”. Ficava evidente a preocupação brasileira de que com a presença dos Estados Unidos na Colômbia, os planos de uma maior dependência da América do Sul em relação ao seu vizinho, através do Mercosul, fossem postos em risco. (BANDEIRA, 2004, p. 190)

Contrário às possibilidades de intervenção militar na região, o Brasil ofereceu à Colômbia cooperação tecnológica através do Sistema para Vigilância da Amazônia (Sivam), a troca de informações bem como apoio financeiro para a formação de profissionais especializados. Ou seja, a ação brasileira na Colômbia se deu, mais uma vez,

fora da esfera do “*Hard Power*” e sim na cooperação tecnológica e de infra-estrutura. Para ALMEIDA (2006, p. 235):

Em outras palavras, para toda a Colômbia esse é um sinal claro de que o presidente Uribe quer a ajuda desse vizinho; para o Brasil, é uma mudança de atitude, de ator neutro, atuando como corretor imparcial, para a de um parceiro comprometido com os riscos e benefícios que seguem juntos.

Em suma, o Brasil entende que o meio militar não é o caminho mais adequado para a resolução da crise colombiana. Apesar de oferecer apoio de inteligência e logístico, o Brasil trata questão das FARC's como assunto interno da Colômbia e reafirma que a soberania daquele país deve ser respeitada. Entendimento este oposto ao da Venezuela de Chávez que, como explicitado no capítulo anterior, recorreu a parcerias com a Rússia para responder ao acordo militar firmado entre Colômbia e Estados Unidos. (FARIAS, 2007, p.292)

Além da Colômbia, cabe destacar a atuação brasileira em crises político-insitucionais no Equador e na Bolívia, bem como, apesar de não se tratar de América do Sul, a presença de tropas brasileiras no Haiti. Segundo LIMA (2007, p. 119),

O entendimento entre os vizinhos do Sul e a procura por um concerto de interesses, junto com a coordenação de posições conjuntas frente aos demais países do mundo, foram adotados como estratégia pelo governo brasileiro com a chegada de Lula ao poder. Mantendo-se fiel ao princípio de não-intervenção, o Brasil passou, ao mesmo tempo, a exercer de forma mais contundente uma posição de liderança no continente.

Em linhas gerais, após expostos alguns casos, pode-se dizer que o Brasil, principalmente no governo do então presidente Lula, optou pelo regionalismo e pelo multilateralismo como instrumentos de desenvolvimento econômico e social. Nesse contexto, estabeleceu-se a emergência de uma liderança regional brasileira, oriunda não apenas de suas capacidades comparativas como extensão territorial, forte economia e outras, mas também fruto de uma posição mais afirmativa da política externa brasileira.

Vale ressaltar, que a liderança brasileira só se exercerá de fato se os demais atores regionais a legitimarem. Para tal, o país deve agir com cautela, apostando sempre nos instrumentos de integração disponíveis, Mercosul e CASA, para não entrar em choque com os países vizinhos. (LIMA, 2007, p. 130)

Ao mesmo tempo, o discurso moderado e a vontade de manter alianças políticas e negociações comerciais não apenas com parceiros em desenvolvimento, mas

também com as grandes potências mundiais, destacou o país em relação à Venezuela, país que também vem demonstrando pretensões de liderança, mas que adotou uma postura de confronto político mais radical em suas relações diplomáticas. É preciso, no entanto, que esta liderança seja exercida com cautela, de forma a não desgastar suas relações com seus vizinhos.

Respeitando sempre os pilares de respeito a soberania das nações e não-intervenção, o Brasil vem conquistando espaço de ator hegemônico regional, a medida que, pós acontecimentos de 11 de setembro, os Estados Unidos parecem ter voltado suas atenções para o combate ao terrorismo, deixando um aparente vácuo de poder na região. Na próxima e última seção deste capítulo, será estudada exatamente a visão dos Estados Unidos perante a emergência brasileira na região.

#### **4.4 As Recentes Relações EUA-Brasil – A Posição Norte Americana Frente à Emergência Regional Brasileira**

Como já foi mencionado ao longo deste trabalho, para a maioria dos estudiosos da área, os tempos de Doutrina Monroe há muito se foram. Inclusive, a academia norte-americana de estudos, principal fonte de estudos de Relações Internacionais no mundo, tem divulgado diversos ensaios e artigos a respeito do tema.

Em um deles, publicado na revista *The Economist* e intitulado de “*Nobody’s backyard*”, os autores discorrem a respeito do crescimento econômico da região, impulsionados principalmente por países como Brasil, Argentina e Chile. Apesar da má distribuição de renda ainda acometer grande parte dos países, a América Latina em geral vem conseguindo, principalmente através do multilateralismo e da integração regional, alcançar níveis de crescimento satisfatório, mesmo em tempos de crise.

No mesmo artigo, o Brasil é citado como “*the region’s powerhouse*” o que confirma o reconhecimento da liderança brasileira na região por parte dos norte-americanos. Por outro lado, a Venezuela de Hugo Chávez é tratada pelos Estados Unidos como ponto de divergência na região.

A seguir, serão então brevemente analisados os recentes desdobramentos das relações entre Brasil e Estados Unidos no que se refere à posição norte-americana a respeito da liderança regional brasileira.

Em linhas gerais, a autora Mônica Hirst define as relações entre Brasil e Estados Unidos como eventos cíclicos, causados por expectativas e frustrações de ambos os lados devido a erros de cálculo, ou seja, a falta de previsibilidade a respeito do comportamento alheio. (HIRST, 2006)

Especificamente em relação à questão da liderança regional brasileira, essas frustrações vieram a tona no episódio do conflito na Colômbia, onde conforme foi explicitado na seção anterior, o Brasil recusou-se a intervir militarmente na região. Apesar de não ter se pronunciado oficialmente, o governo dos Estados Unidos esperava um posicionamento mais assertivo do Brasil na região. Seriam os chamados “custos e responsabilidades”, inerentes ao modelo norte-americano de liderança e hegemonia, que o Brasil como postulante à liderança regional deveria estar apto a arcar. (LIMA, HIRST, 2006)

For Brazil, it is not easy to deal with the constrains imposed by the perenial status of South America as a US sphere of influence. Washington and Brasília have not shared the same premises when addressing conflict zone areas – shuch as Colombia – or uncertain political scenarios, such as those faced first in Venezuela and then in Bolivia.

Não obstante, pode-se entender o estreito relacionamento entre os presidentes Lula e Hugo Chávez como o ponto mais sensível da relação recente dos Estados Unidos com o Brasil, no que se refere à segurança da região. Apesar de reconhecer os esforços brasileiros como país responsável pela mitigação dos riscos de guerra civil no país, os Estados Unidos não vêem com bons olhos as constantes declarações de apoio do presidente Lula à Hugo Chávez. “Na questão da Venezuela o radar americano está cada vez mais sensível e existe um potencial de tensão com o Brasil, por causa da atitude tolerante do governo Lula em relação a Chávez.” (VIOLA, LEIS, 123).

Contudo, como já foi anteriormente explicitado, o Brasil tem voltado sua política externa para a região e a aproximação com países como a Venezuela, recentemente aceita como membro do Mercosul, faz parte do projeto de integração adotado pelo governo Lula. Em outras palavras, o reconhecimento da liderança brasileira terá de vir primeiro de dentro do que de fora, para isso as boas relações com seus se fazem essenciais.

Por outro lado, cabe ressaltar que nem apenas de desencontros e expectativas frustradas são formadas as relações atuais entre os dois países. Recentemente o autor americano *Shannon O'Neil* publicou artigo a respeito da visão dos Estados Unidos a respeito da emergência brasileira. A despeito do aumento do número de contenciosos

envolvendo os dois países na OMC, *O'Neil* ressalta que os Estados Unidos, à época no Governo Bush, considerou a emergência brasileira como na região como propícia em tempos de mudança de prioridades americanas (pós atentados terroristas). De fato, mediante às novas alternativas de liderança na região, Brasil e Venezuela, a estável e consolidada democracia brasileira aparecia como fator preponderante para receber a simpatia dos Estado Unidos.

Por fim, após esta breve análise, pode-se concluir que para os Estados Unidos o Brasil já se configura como uma liderança regional e até global, em determinadas agendas. No aspecto regional, os Estados Unidos consideram a liderança do Brasil como uma via mais segura para a manutenção da estabilidade e da ordem no continente.

De modo geral, ao contrário do que pensam alguns, pode-se dizer que Washington não considera a emergência brasileira na região como uma ameaça a hegemonia dos Estados Unidos. O fato é que, na última década, o foco da política externa americana se deslocou para o combate ao terrorismo e o continente se organizou de forma a construir suas próprias hegemonias. Perante às duas alternativas que despontaram, Brasil e Venezuela, os Estados Unidos não temem em apoiar a liderança brasileira.

O Brasil, com suas capacidades comparativas, já está desempenhando papel de destaque na maioria dos fóruns globais. Frente a isso, os Estados Unidos buscam preservar boas relações e atuar em parceria com país.

#### **4.5 Conclusão do capítulo**

A liderança regional brasileira já se configura como uma realidade. Baseada na forte integração regional, a política externa brasileira vem sendo essencial para a consolidação dessa liderança.

Desde os tempos de FHC e, mais especificamente no governo Lula, o Brasil tem buscado priorizar o regionalismo bem como multilateralismo das instituições internacionais.

A consolidação e o fortalecimento institucional do Mercosul, juntamente com iniciativas de integração como a CASA, foram passos de vital importância para a construção de um caminho de maior independência da região.

Sempre assumindo a coordenação dessas iniciativas de integração, o Brasil assumiu um papel de destaque regionalmente, por propor também, alternativas para que os demais países da região diversificassem seus parceiros comerciais, como na chamada “cooperação sul-sul”, em que abriu as portas do continente para novas parcerias com países emergentes como África do Sul e Índia.

No âmbito da segurança regional, o Brasil atuou de acordo com os pilares clássicos de sua política externa, o da não-intervenção e o do respeito à soberania nacional dos países. Mesmo assim, teve importantes mediações diplomáticas em crises civis e políticas na região como, por exemplo, no caso da Colômbia.

Mediante esse cenário cabe ressaltar que os Estados Unidos, eterna hegemonia regional, já reconhecem o Brasil como uma liderança regional positiva na região. O que não significa, por outro lado, que os países não tenham divergências em relação à condução das políticas, principalmente no que tange às questões relativas à segurança regional. Todavia, ao contrário do que muitos pensam, os dois países possuem mais interesses convergentes do que divergentes em relação à América Latina.

## 5 CONCLUSÃO

Desde o fim da Guerra Fria, o mundo vive em um sistema unipolar. Os Estados Unidos, país vencedor da guerra ideológica, atuaram como Estado soberano e hegemônico das Relações Internacionais durante décadas. As democracias capitalistas, ou de mercado, se espalharam pelo mundo como o modelo de sucesso a ser seguido por todos àqueles que almejavam uma forte economia e o desenvolvimento de suas nações.

De fato, hoje, mais de 20 anos após do final da Guerra Fria, o cenário das Relações Internacionais está bastante modificado. A economia ocupa agora papel central nas arenas de debate e a interdependência econômica entre os países pede novos contornos de decisão, em detrimento ao antigo “*Hard Power*” dominante em outros tempos.

Novos atores ganharam papel de destaque nas tomadas de decisões. As instituições internacionais são uma realidade, apesar da dúvida de muitos a respeito de sua real eficácia como agente constrangedor dos interesses estatais. Novas agendas emergem, diversificando o poder de influência dos Estados de acordo com suas capacidades comparativas. A sociedade civil se mostra cada vez mais ativa e os ideais de governança global ganham mais adeptos a cada dia. O multilateralismo se torna um meio pelo qual os países em desenvolvimento conseguem, teoricamente, equiparar forças com os desenvolvidos e a cooperação regional e a integração se apresentam como as melhores opções para os mesmos.

Nesse sentido, os últimos anos têm sido marcados por novos arranjos nas configurações de poder. Especificamente, nos Estados Unidos, os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 desviaram o foco da política externa norte-americana para o combate ao terrorismo, voltando sua atenção para uma região distante da América Latina, que menos suscetível à influência americana, viu crescer novas lideranças, foco central desse trabalho.

A respeito do objeto do presente trabalho, duas alternativas à liderança norte-americana na América Latina se destacaram: o modelo de integração regional da política externa do Brasil e o chavismo baseado nos ideais bolivarianos da Venezuela.

Após o plano Real, o Brasil se estabilizou economicamente, fato este que contribuiu para o resgate da credibilidade internacional do país perante os demais países. Não obstante, o projeto de integração regional, iniciado no governo FHC e intensificado



nos dois mandatos do governo Lula, contribuiu para que o Brasil apresentasse uma postura mais assertiva na região.

Coordenando as ações do Mercosul e da CASA, principais iniciativas de integração na região, o Brasil ampliou sua força política de líder regional. Além disso, a supremacia do país em capacidades comparativas na região, sejam elas territoriais, econômicas ou tecnológicas, reforçam o *status quo* do Brasil de líder natural da região.

A despeito dos recentes contenciosos envolvendo Brasil e Estados Unidos na OMC, a emergência regional do Brasil como líder é visto com bons olhos por Washington. A estabilidade político-social brasileira perante a uma região ainda tumultuada socialmente como é a América Latina é fator positivo na avaliação dos Estados Unidos.

Contudo, os métodos adotados por Brasil e Estados Unidos para garantir a segurança regional em períodos de tensão, como o que se deu na Colômbia, ainda são pontos divergentes. A política externa brasileira é e, ao que tudo indica, continuará sendo, pautada pelo respeito à soberania dos países e pela não – intervenção. Por outro lado, no referido episódio, os Estados Unidos esperavam que o Brasil arcasse com os custos dessa liderança, apoiando uma possível intervenção militar na Colômbia.

Apesar das divergências, conclui-se, após todos os relatos apresentados, que para os Estados Unidos a liderança regional brasileira apresenta muito mais pontos benéficos aos interesses norte-americanos do que ameaças ao mesmo.

Nesse sentido, o Brasil deve manter o foco de sua política externa na preferência pelas arenas multilaterais bem como no regionalismo como instrumentos propulsores do desenvolvimento econômico e social. Além disso, cabe ressaltar que o novo governo da presidente eleita Dilma Roussef, deve buscar mitigar os problemas sociais internos para, assim, continuar a exercer uma posição de liderança, não apenas regionalmente, como nos mais diversos fóruns internacionais.

Em contrapartida, o modelo populista da Venezuela de Hugo Chávez representa um ponto sensível à política externa norte-americana para a região. De acordo com tudo aquilo que aqui foi exposto, chega-se a conclusão que a proposta bolivariana de Chávez representa, na visão dos Estados Unidos, uma ameaça a estabilidade da região.

Para Washington, o governo venezuelano é considerado totalitário. O forte controle estatal, principalmente em relação aos lucros do petróleo, é contrário a abertura comercial e à regência das leis de mercado, pilares do modelo neoliberal defendidos pelos Estados Unidos.

Além disso, as tumultuadas relações entre os dois países não são escondidas por nenhum dos dois governos. Recentemente, as tensões se agravaram com a compra da Venezuela de armamentos militares russos. Hugo Chávez declarou que o ato era para preservar a segurança venezuelana em resposta ao acordo militar firmado entre Colômbia e Estados Unidos. Os norte-americanos, por outro lado, repudiaram o ato de Chávez, temendo que uma nova corrida armamentista, obviamente em menores proporções, se configurasse na região.

Assim sendo, diante de todos os fatos apresentados ao longo desse trabalho, pode-se concluir que a emergência do Brasil como liderança regional já é reconhecida pelos Estados Unidos como legítima enquanto a Venezuela representa claramente um antagonismo em relação aos interesses norte-americanos na região. Por fim, cabe ressaltar que as análises contidas na conclusão nesse trabalho estão baseadas nas opiniões de autores, brasileiros e norte-americanos, não tendo como fonte primária nenhum discurso oficial dos governos dos países relacionados.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A Política Externa do novo Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva: retrospecto histórico e avaliação programática. *Rev. Bras. Polít. Int.*, Brasília, v. 45, n. 2, p. 229-39, dez. 2002.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Major Problems in American Foreign Relations. *Rev. Bras. Polít. Int.*, Brasília, v. 40, n. 2, p. 181-83, dez. 1997.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma nova 'arquitetura' diplomática? – Interpretações divergentes sobre a política externa do governo Lula (2003-2006). *Rev. Bras. Polít. Int.*, Brasília, v. 49, n. 1, June 2006. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292006000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292006000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 8 dez. 2010.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. *Rev. Bras. Polít. Int.*, Brasília, v. 47, n. 1, p. 162-84, jun. 2004.

ALMEIDA, Paulo Roberto de; BARBOSA; Rubens Antonio (Orgs.). *Relações Brasil – Estados Unidos: assimetrias e convergências*. São Paulo: saraiva, 2006.

ALMEIDA, Paulo Roberto. *O Mercosul no contexto regional e internacional*. São Paulo: Ed. Aduaneiras, 1993.

AYREBE, Luís Fernando. *Estados Unidos e a América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo:Unesp, 2002.

BALDWIN, David A. *Neoliberalism and neorealism*. [S.l.]: Columbia University Press, 1993.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz, *1935 – Formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra ao Iraque*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2005.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz, *1935 – Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *1935 – As relações perigosas: Brasil – Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990 -2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. *Rev. Bras. Polít. Int.*, Brasília, v. 45, n. 2, dez. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292002000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 08 dez. 2010.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Relações Brasil – EUA no contexto da globalização*. São Paulo: SENAC, 1999. v. 1 – Presença dos Estados Unidos no Brasil; v. 2 – A rivalidade emergente.

BARBOSA, Rubens Antônio. Os Estados Unidos pós 11 de setembro de 2001: implicações para a ordem mundial e para o Brasil. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 45, n. 1, p. 72-91, jun. 2002.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. A América do Sul em movimento. *Rev. Econ. Polít.*, São Paulo, v. 28, n. 2, jun. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31572008000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572008000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 8 dez. 2010.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Assessoria de Imprensa do Gabinete. *Adesão da Venezuela ao Mercosul*. Nota nº 327. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br>>.

CERVO, Amado Luiz. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. *Rev. Bras. Polít. Int.*, Brasília, v. 43, n. 2, Dec. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292000000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000200001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 08 dez. 2010.

CERVO, Amado. A Ação internacional do Brasil em um mundo em transformação: conceitos, objetivos e resultados.

COUTINHO, Marcelo. Movimentos de mudança política na América do Sul contemporânea. *Rev. Sociol. Polít.*, [S.l.], n. 27, p. 107-23, nov. 2006.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. *Reflexos sobre a política externa brasileira*. Brasília, 1993.

GRIFFITHS, Martin. *50 Grandes Estrategistas*. [S.l.]: Editora Contexto, 2004.

HIRST, Mônica. Os cinco AS das relações Brasil Estados Unidos: aliança, alinhamento, autonomia, ajustamento e afirmação.

HOBBS, Thomas. *Leviathan*. Cambridge: University Press, 2002.

HURRELL, Andrew. Hegemony, Liberalism and Global Order: What Space for Would-be Great Powers? *International Affairs*, [S.l.], v. 82, n. 1, p. 1-19, 2006.

IKENBERRY, G. John. The Rise of China and the Future of the West: Can the Liberal System Survive? *Foreign Affairs*, [S.l.], Jan./Feb. 2008. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/63042/g-john-ikenberry/the-rise-of-china-and-the-future-of-the-west>>.

IKENBERRY, G. John; MASTANDUNO, Michael; WOHLFORTH, William C. Unipolarity, State Behavior, and Systemic Consequences. *World Politics*, [S.l.], v. 61, p. 1-27, 2009.

LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Rev. Bras. Polít. Int.*, Brasília, v. 48, n. 1, p. 24-59, jun. 2005.

LIMA, Maria Regina Soares de. A politização da política externa e os interesses nacionais. *Correio Braziliense*, Brasília 11 jun. 2009. Disponível em: <[http://www.opsa.com.br/pdfs/122\\_artigos\\_2009\\_06\\_11\\_Lima\\_Venezuela\\_CB.pdf](http://www.opsa.com.br/pdfs/122_artigos_2009_06_11_Lima_Venezuela_CB.pdf)>.

LIMA, Maria Regina Soares de. O Brasil e as Relações Sul-Sul. *Dossiê CEBRI, Desafios da Política Externa Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 1, ano 7, 2008. Edição especial. Disponível em: <[http://www.opsa.com.br/pdfs/105\\_artigos\\_2008-09-02%20MRSLima%20Rela%C3%A7%C3%B5es%20Sul-Sul.pdf](http://www.opsa.com.br/pdfs/105_artigos_2008-09-02%20MRSLima%20Rela%C3%A7%C3%B5es%20Sul-Sul.pdf)>.

LIMA, Maria Regina Soares de; COUTINHO, Marcelo Vasconcelos (Orgs.). *Agenda sul-americana: mudanças e desafios no início do Século XXI*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

LIMA, Maria Regina Soares de; HIRST, Mônica. Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. *International Affairs*, [S.l.], v. 82, n. 1, p. 21-40, Jan. 2006.

MEARSHEIMER, Jonh. *The tragedy of great politics*. New York: Ed. Norton, 2001.

NOBODY is backyard. *The Economist*, [S.l.], set. 2010. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/16990967>>.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais*. [S.l.]: Editora Campos, 2005.

O'NEIL, Shannon. Brazil as an Emerging Power: The View from the United States. *Police Briefing 16 – Emerging Power Programs*, [S.l.], February 2010.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. A América do Sul no discurso diplomático brasileiro. *Rev. Bras. Polít. Int.*, Brasília, v. 48, n. 2, p. 185-204, dez. 2005.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *Foreign Policy and political regime*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2003.

SCHILLING, Voltaire. *Estados Unidos e a América Latina: da Doutrina Monroe a Alca*. [S.l.]: Editora Leitura Xxi, 2002.

SNYDER, Jack. One World, Rival Theories. *Foreign Policy*, [S.l.], n. 145, p. 52-62, Nov./Dec. 2004. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4152944>>.

VIOLA, Eduardo; LEIS, Héctor Ricardo. *Sistema internacional com hegemonia das democracias de mercado: desafios de Brasil e Argentina*. Florianópolis: Insular, 2007.

WALT, Stephen M. International Relations: One World, Many Theories. *Foreign Policy*, [S.l.], n. 110, p. 29-32+34-46, 1998. Special Edition: Frontiers of Knowledge. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1149275>>.

ZAKARIA, Fareed. The Future of American Power – How America Can Survive the Rise of the Rest. *Foreign Affairs*, [S.l.], May/Jun. 2008.